



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Ata n.º 290** -----

----- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e doze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação e votação da ata n.ºs 288, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do RAMA";-----

----- Ponto dois: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do Artigo 3.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e onze, bem como apreciação do respetivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA";-----

----- Ponto três: "Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e onze, bem como apreciação do respetivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA";-----

----- Ponto quatro: "Apresentação, discussão e votação da primeira revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e doze, nos termos da alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA";-----

----- Ponto cinco: "Apresentação, discussão e votação da primeira revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e doze, nos termos da alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA";-----

----- **Período de Intervenção do Público:**-----

----- *Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.*-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas catorze horas e quarenta minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

----- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD;-----

----- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----
- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----
- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS.-----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----
- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS;-----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----
- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguium;-----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD – PJF da Amoreira da Gândara;-----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJF de Arcos;-----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita;-----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro;-----
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;-----
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----

- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador;-----
- • Maria Dulcínea da Silva Dias Ferreira Nogueira – PPD/PSD – Vereadora;-----
- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----
- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----

----- Declarada aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de trinta de abril, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dar a conhecer ao Plenário de que o Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, Manuel Baptista Veiga, não poderia estar presente na sessão, pelo que se fazia substituir pelo Senhor Manuel Martins Loureiro.-----

----- Adiantou, ainda, que naquele momento não se encontravam na sala os Senhores Deputados António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, Francisco Manuel Gonçalo Saraiva, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Óis do Bairro.-----

----- De imediato, então, deu início ao período de antes da ordem do dia, nomeadamente ao seu ponto um: "Apreciação e votação da ata número duzentos e oitenta e oito, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do RAMA".-----

----- Nessa conformidade, deu início ao período de discussão da ata número duzentos e oitenta e oito, da sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze, tendo concedido a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Boa tarde a todos os Deputados da Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Senhor Presidente da Câmara. Restantes Vereadores. Demais presentes.-----

----- Depois da leitura atenta da ata número duzentos e oitenta e oito, confirma-se, mais uma vez, a tentativa de adulteração da mesma. Esta Assembleia, esta Mesa já nos tem brindado com as consecutivas manobras verbais para que o conteúdo das respetivas Assembleias seja deturpado. E, por esse motivo, não resta outra alternativa ao CDS-Partido Popular que não seja votar contra, com o respetivo voto de vencido a constar de ata que será entregue à Mesa, e, se quiser, até podemos incluir uma auscultação da gravação que é efetuada pela Assembleia para, como é impossível, como se compreenderá, eu não vou estar a cansar esta soberana Assembleia com detalhes, mas que, com pormenores que, no fundo, acabam por ir ao encontro daquilo que motivou este meu voto de vencido, e que o Engenheiro Sidónio Simões, como não esteve presente na última Assembleia, por esse motivo é que se vai abster na respetiva votação sobre o conteúdo da mesma. Efetivamente, no sentido de, mais uma vez, demonstrar que as



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atas estão mal redigidas, têm inclusivamente um certo requinte de malvadez na forma como estão elaboradas, e daí o nosso voto de vencido.”-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Senhor Deputado, com as palavras que tinha acabado de proferir, colocava em cheque o trabalho da Mesa da Assembleia, pelo que propunha que aquilo que tinha dito fosse riscado da ata se o Senhor Deputado não demonstrasse com casos práticos o que tinha acabado de dizer. Por considerar ser demasiado grave a linguagem que o Senhor Deputado tinha utilizado, solicitou ao Senhor Deputado para ser prático e dizer exatamente o que, no seu entendimento, tinha sido adulterado e em que se baseava para dizer o que tinha acabado de dizer.-----

----- Uma vez mais em posse da palavra, o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, proferiu o que se passa a tentar transcrever:-----

----- “Não queria ser exaustivo para com esta Assembleia, no entanto, basta ouvir a gravação, que já sugeri, para lhe demonstrar, a título de exemplo, onde é que o Senhor Presidente da Assembleia referiu a páginas (só um segundo para encontrar a respetiva página), onde é que o Senhor Presidente da Mesa referiu perante esta Assembleia o seguinte: *“Perante a tentativa de intervenção...”*”-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Senhor Deputado para indicar a página onde se encontrava a intervenção a que se estava a referir, ao que o Senhor Deputado passou a referir o que se passa a tentar transcrever:-----

----- “Página dez, da ata duzentos e oitenta e oito. Isto demonstra, também, a prepotência de que temos sido vítimas. *“Perante a tentativa de intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou-o de que teria duas opções: ou se calaria, ou ele próprio solicitaria à Assembleia Municipal a suspensão da presença do Senhor Deputado na sessão. Disse, ainda, não aceitar que o Senhor Deputado se apresentasse à sessão com o intuito de pretender transformar a casa mais nobre do concelho de Anadia numa qualquer coisa da sua imaginação.”*-----

----- Eu quero que me demonstre onde é que isto foi dito. É só um pequeno exemplo.”-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse ao Senhor Deputado que iria demonstrar o que tinha acabado de ler.-----

----- Não tendo havido lugar a qualquer outra intervenção no período de discussão daquela ata número duzentos e oitenta e oito, da sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de imediato, à sua votação.-----

----- Antes de iniciar o processo de votação daquela ata, informou que entretanto tinham dado entrada na sala o Senhor Deputado Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Óis do Bairro, e a Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Prestada a informação, deu início à votação da ata número duzentos e oitenta e oito, da



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze, após o que anunciou que a mesma, com trinta e três Deputados presentes na sala, tinha sido aprovada por maioria, com um voto contra, do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, três abstenções dos Senhores Deputados Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, André Miguel Matos Beja Henriques, do Grupo Municipal do PS, e Manuel Martins Loureiro, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e vinte e nove votos a favor dos restantes Senhores Deputados dos Grupos Municipais do PPD/PSD, do PS e da CDU presentes naquela sessão da Assembleia Municipal.-----

----- Decorrida a votação da ata número duzentos e oitenta e oito, do primeiro ponto do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao segundo ponto desse período de antes da ordem do dia: "Intervenções dos Senhores Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA".-----

----- Uma vez iniciado o período destinado às intervenções dos Senhores Deputados Municipais, e para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, o Senhor Deputado interpelou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a ponto de situação do processo de instalação dos Conselhos Municipais de Juventude, na medida em que já tinha sido aprovado o novo regime jurídico. Dessa forma, e tendo em conta estarem volvidos três anos desde a sua primeira intervenção sobre o assunto, considerou ser pertinente para a Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Câmara Municipal dar algumas explicações sobre o mesmo.-----

----- No seguimento da intervenção feita pelo Senhor Deputado Tiago Coelho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir que antes de entrar nas questões propriamente ditas, e à semelhança do que vinha sendo feito, inclusivamente, pela Câmara Municipal, acharia oportuno, no momento, apresentar um voto de pesar relativamente ao falecimento do Dr. Adelino Ferreira da Silva, antigo Presidente da Câmara Municipal de Anadia. Por isso, propôs à Assembleia Municipal que fosse aprovado por todos os seus elementos, caríssimos Deputados Municipais, um voto de pesar pelo falecimento de uma pessoa tão ilustre e que tanta influência teve na construção dos desígnios do Município, tendo sido, inclusivamente, Presidente da Câmara Municipal de Anadia. Por esse motivo, reiterou que os Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular propunham um voto de pesar pela Assembleia Municipal, à semelhança do que a Câmara Municipal já tinha feito na respetiva reunião.-----

----- Continuando, disse que gostaria de informar a Câmara Municipal relativamente a quatro assuntos.-----

----- Quanto ao primeiro assunto, disse ter a ver, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal bem saberia, com a questão da demolição do antigo matadouro municipal. Nesse



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

âmbito, passou a referir que o antigo matadouro municipal, de mil novecentos e trinta e quatro, representava, para a Bairrada, algumas das suas raízes. Efetivamente nele tinham sido abatidos muitos dos leitões que hoje deram nome à capital da Bairrada, Anadia. E, por esse motivo, referiu que o CDS achou oportuno, antes da demolição do mesmo, e atendendo a que o mesmo não estava no respetivo projeto da requalificação das vias do Município, na cidade de Anadia, dar à Assembleia Municipal a última palavra relativamente à demolição daquele marco histórico para o concelho de Anadia, e que foi o matadouro municipal.-----

----- Referiu, também, que nesse sentido, o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular tinha enviado um requerimento antes da respetiva demolição, do qual ainda não tinha obtido qualquer resposta por parte da Câmara. Aliás, acrescentou que a resposta estava dada porque tinha sido demolido. Mas, declarou tratar-se de uma situação que não devia ser deixada em branco, porque demonstrava bem qual a posição da Câmara relativamente ao que é o património histórico de Anadia.-----

----- Aproveitou, ainda, para constatar que efetivamente já várias pessoas intitulavam o Presidente de Câmara com algumas frases e alguns dizeres que em nada dignificavam o concelho de Anadia. E, por esse motivo, declarou que não queria chegar a esse ponto, mas o que era certo, era que Anadia estava a perder a sua cultura, a sua identidade, e o Senhor Presidente de Câmara, depois de ter recebido um requerimento do CDS no sentido de ter acesso à ata e ao respetivo projeto e, inclusivamente, de ser dada a oportunidade à Assembleia Municipal de deliberar sobre o futuro de tão antigo equipamento, "à traição", pela "calada da noite", então resolveu demolir o antigo matadouro. E, por esse motivo, o Senhor Deputado disse pretender mencionar que o requerimento estava na sua posse, tinha sido feito e iria ser apresentado ao Senhor Presidente da Assembleia, que comprovava que o mesmo tinha sido feito.-----

----- Sobre os outros três pontos, disse que os Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular pretendiam chamar a atenção para a situação que existe no Bairro Cancela de Abreu. Adiantou, entretanto, tratar-se de uma situação já do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal. No entanto, informou existir um barreiro há vários anos instalado ao lado do Bairro. Informou, ainda, que a população daquele Bairro, que era dos mais pitorescos e mais antigos de Anadia, por diversas vezes se tinha deslocado ao dono do respetivo barreiro, inclusivamente ao Senhor Presidente de Câmara, mas que um se desculpava com o outro e o outro se desculpava com um, e as populações continuavam a ter que viver em situações abaixo da dignidade, com animais, com cobras, com ratos, com o próprio risco de derrocada que existia naquele local.-----

----- Entretanto, referiu que o Senhor Presidente de Câmara agora vinha com a desculpa de que se tratava de um terreno privado, que a Câmara não tinha nada a ver com isso. Mas acrescentou não ser isso que a lei dizia, dizia que se o privado não efetuar a respetiva obra de limpeza do respetivo terreno, a Câmara tem obrigação de o fazer, apresentando a respetiva fatura a "Sua Excelência".-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Por esse motivo, disse que os Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular mencionavam essa situação por considerarem que a Câmara deveria comportar-se como amiga dos munícipes e não tentar “varrer o lixo para debaixo do tapete” e colocar a culpa noutros. Portanto, o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco apelou ao Senhor Presidente de Câmara para ser sensível àquela situação que era urgente, por existir um risco de derrocada no barreiro, por haver mato que poderia provocar uma situação de incêndio, lá acumulado há uma série de anos, e que bastava um pequeno rastilho para provocar incêndios em toda aquela área envolvente, que apanhava, inclusivamente, a serra, porque ficava muito perto da serra, e depois, cá estaremos, concluiu. Disse, ainda, Deus queira que não acontecesse nenhuma desgraça para a população do Bairro e para o concelho em geral.-----

----- Depois, informou, relativamente a outra petição que disse que o Senhor Presidente da Câmara também iria ter conhecimento, assim como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, além daquela do Bairro Cancela de Abreu e da limpeza urgente do barreiro, e que era relativa ao transporte de crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo para o novo Centro Escolar de Arcos. Reconhecendo que a lei não protege as crianças de quatro, cinco, seis e por aí em diante, que precisam de transporte a menos de três quilómetros para o Pólo Escolar, referiu, no entanto, que a Câmara devia fazê-lo. Isso porque, explicou, se havia um autocarro que passava todos os dias pelo centro de Anadia, de manhã, vazio, com duas ou três pessoas, e muitas delas nem sequer crianças eram, se a Câmara tinha o respetivo equipamento, por que não fazer uma paragem no centro da cidade e transportar pessoas que não tinham meio de transporte e que tinham que ir com crianças de quatro e cinco anos, dois e três filhos, a apanhar chuva, até ao Centro Escolar de Arcos que ficava lá em cima, onde o Senhor Presidente da Câmara o tinha feito. Concluiu ser essa outra petição que tinha para ser apresentada ao Senhor Presidente de Câmara e pediu-lhe, mais uma vez, para ter em consideração essa situação.-----

----- O Senhor Deputado disse ter ainda outra petição que tinha a ver com a incoerência da requalificação de que estava a ser alvo a Rua das Tílias, na Curia. Começou por referir que, como o Senhor Presidente de Câmara bem saberia, a obra que lá estava a ser feita tinha algumas incongruências. Explicou, assim, considerar que a Curia sempre foi até ao “Borboleta”, ou ao Curia Club, mas pelos vistos para a Câmara Municipal a Curia ia só até metade do Hotel Sénior, porque na outra metade do Hotel Sénior, o piso já era diferente, a iluminação já era diferente, as barreiras de segurança já eram diferentes, os passeios já era diferentes, era tudo diferente. Só não era diferente, acrescentou, o que estava à volta do empreendimento do Senhor Presidente de Câmara, aí é que já não era diferente.-----

----- Portanto, pediu por favor ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, atendendo ao abaixo-assinado que existia, de todos os moradores da Rua das Tílias, no sentido de pensar duas vezes antes de fazer a requalificação da Curia, porque ou se fazia bem, ou então não valeria a pena andar a fingir que se fazia bem e depois saía tudo mal no terreno. Considerou, então, que teria de ficar definido o que era a Curia, e em primeiro lugar até onde é que ia a Curia, e comentou que não lhe iriam dizer que o “Borboleta” não era considerado um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

equipamento da Curia.-----

----- Reiterou, assim, que teria de ser tida em atenção essa Rua toda, até ao fim dela, e ouvir as queixas dos munícipes que lá viviam na Rua das Tílias, no sentido, inclusivamente, de colocar uma lombada de limitação de velocidade, não só à frente do "Borboleta", mas um bocadinho a meio, ou outro tipo de limitação de velocidade. Adiantou, no entanto, ao Senhor Presidente da Câmara que poderia não ser lombada, para não ficar logo todo contente, que não era mais uma lombada, mas pelo menos, qualquer coisa que limitasse a velocidade, porque era aí que se apanhavam grandes velocidades, onde existiam lares, onde existiam pensões, com pessoas idosas, com crianças.-----

----- Portanto, concluiu que era preciso uma delimitação, que era isso que a população pedia, e era isso que a população necessitava e tinha direito a isso. Uma lombada de limitação de velocidade e um trajeto com um nível de segurança e estética que se enquadrasse com o núcleo onde estava inserida, desde sempre, a Rua das Tílias, na Curia. Finalizou, dando a conhecer que seriam entregues oportunamente, então, as referidas petições ao Senhor Presidente de Câmara e ao Senhor Presidente da Assembleia.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou o Senhor Deputado de que a petição que tinha feito no início deveria ser entregue por escrito, em cumprimento do estipulado no Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, e aproveitou, entretanto, para informar o Senhor Deputado de que tinha feito uso, na sua intervenção, de dez minutos, um minuto a mais do que estava previsto para o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às três intervenções que tinham tido lugar.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, depois de cumprimentar os presentes, começou por responder à interpelação efetuada pelo Senhor Deputado Tiago Coelho, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Assim, confirmou ao Senhor Deputado a aprovação dos Conselhos Municipais de Juventude, de acordo com a informação remetida à Câmara Municipal, e a qual adiantou ter sido dada a conhecer ao Executivo Municipal, mas sublinhou que, em conformidade com os documentos em posse da Câmara Municipal, esta tinha uma recomendação que entendia respeitar. Passou, então, a ler a conclusão da posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, transmitida à Câmara Municipal de Anadia, não sem antes se disponibilizar a facultá-la ao Senhor Deputado: *"Face ao exposto, a posição da ANMP já transmitida a V. Exa. sobre esta temática mantém-se inalterada, uma vez que a Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, não modificou os problemas e desconformidades que anteriormente lhe eram apontados. Reitera-se também a V. Exa. que é entendimento da ANMP que os Municípios devem continuar a apoiar as organizações de juventude e os jovens, uma vez que, sublinha-se uma vez mais, se considera da maior importância a existência de mecanismos que fomentem a participação das populações nos processos de tomada de decisão."*-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Nessa conformidade, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu o Senhor Deputado que a Câmara Municipal tinha aceite aquela recomendação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, continuava a apoiar os projetos de juventude, mas aguardava orientações por parte da Associação. Não obstante, manifestou a disponibilidade da Câmara Municipal para apoiar, como era recomendado pela Associação, e declarou que a Câmara Municipal aguardava desenvolvimentos mais profícuos nesse sentido.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a responder aos quatro pontos apresentados pelo Senhor Deputado, começando pelo primeiro que se referia à demolição do antigo matadouro municipal.-----

----- Sobre aquele primeiro ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal por referir tratar-se de retóricas, discursos, teorias que se aprendem, e acrescentou que uma das coisas que o tinha preocupado logo tinha sido quando o Senhor Deputado tinha falado de leitões que davam nome à região, o abate de leitões no matadouro, por não se recordar que tal tenha acontecido. Disse lembrar-se, sim, de morrerem, nesse matadouro, à estopada, os animais que lá eram abatidos todos os dias. Por isso, considerou não ser uma boa recordação do passado, e a história que tinha sido feita era uma história negativa.-----

----- Feita a introdução, esclareceu que a demolição do matadouro tinha sido uma decisão votada e aprovada pela Câmara Municipal, de acordo com a sua competência própria. Explicou, ainda, que a demolição implicava, necessariamente, a construção de uma obra de regeneração, que considera vir engrandecer, e com o tempo ser-lhes-á dada razão, no aspeto de comunicação, de acessibilidade, de beleza, a própria cidade de Anadia.-----

----- Entretanto, disse não estar muito preocupado com o requerimento do Senhor Deputado, e que a resposta que lhe iria dar seria aquela que lhe estava a dar ali, porque, como ele próprio tinha dito, e bem, a resposta tinha-lhe sido dada com a demolição. Referiu, ainda, que a Câmara Municipal tinha sido extraordinariamente eficaz e que tinha querido dizer ao Senhor Deputado que não concordava nada com o seu requerimento e, portanto, a decisão era inviabilizar o requerimento, pondo abaixo o que o Senhor Deputado considerava um monumento.-----

----- No entanto, esclareceu que havia uma diferença, a demolição não tinha acontecido "pela calada da noite", nem tinha sido feita "cobardemente", termos estes utilizados pelo Senhor Deputado e com os quais o Senhor Deputado, de forma quase permanente, insultava as atitudes da Câmara, da Assembleia e, naturalmente, muitas vezes o Presidente da Câmara. Aproveitou para declarar, também, não estar muito preocupado porque havia determinadas vozes que o povo chamava alcunha de vozes de alguém que não chegava ao céu.-----

----- A terminar a questão do matadouro, reforçou que o Presidente da Câmara tinha mandado demolir o matadouro em pleno dia, até porque se fosse de noite seria muito perigoso, e declarou não compreender o título que se dava a uma instalação que estava a cair e que não era mais que o albergue de situações nefastas para o concelho de Anadia. Mas, no entanto,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

declarou-se admirado e disse não perceber o que as pessoas queriam dizer com na calada da noite entre aspas, o que queriam dizer com o entre aspas, se estariam arrependidas em dizer algo, ou se não saberiam dizer mais nada.-----

----- Passando a falar da questão do barreiro, referiu que quando tinha vindo para a Câmara Municipal já lá existia aquele velho barreiro, que toda a gente conhecia, e que tinha alimentado muitos anos a Cerâmica de Anadia. Entretanto, recordou que a Câmara Municipal tinha tido inúmeras inspeções, nomeadamente, da parte do Senhor Deputado, muitas queixas em zonas que causavam, ou podiam causar, obstrução ao desenvolvimento do concelho, fruto da boa relação que o Senhor Deputado tem com a Quercus, por ser sua correligionária de partido. E acrescentou que como o Senhor Deputado também tinha uma boa relação com a Ministra do Ambiente, poderia dizer à Senhora Ministra para se deslocar a Anadia, que seria recebida com pompa e circunstância, e poderia dizer o que se encontra mal no concelho e indicar a forma de a Câmara resolver.-----

----- Aproveitou, ainda, para dizer ao Senhor Deputado que, contrariamente ao que o Senhor Deputado poderia pensar, era muito pouco aderente às suas sugestões, por razões que toda a gente conhecia. Mas adiantou ao Senhor Deputado, e dada a limitação que tinha com a sua disponibilidade para lhe dizer sim, que ele tinha o poder daqueles que mandavam o pouco, ou nenhum dinheiro para o Município, pelo que poderia trazer a Anadia a Senhora Ministra do Ambiente e acompanhá-la, que como o Senhor Deputado normalmente até se punha à frente das câmaras de televisão, se calhar, viria em primeiro que a Ministra.-----

----- Referindo-se, ainda, à questão do barreiro, e ao que o Senhor Deputado dizia ser uma questão ambiental, relativamente à qual os munícipes do Bairro estavam preocupadíssimos, informou que, curiosamente, esses munícipes nunca tinham ido à Câmara Municipal, a não ser que o Senhor Deputado passasse, a partir daquele momento, a andar de porta em porta, a pedir às pessoas para assinarem uma petição. Aproveitou, então, para lembrar o que o Senhor Deputado e outros colegas seus tinham feito em Amoreira da Gândara, e ao que os amoreirenses lhe ficavam muito gratos, impedindo, ou pelo menos atrasando os trabalhos, e o que tinha feito na Zona Industrial de Vilarinho. Sobre a Zona Industrial de Vilarinho, comentou, ainda, tratar-se de uma obra bonita, mesmo depois de alguns sobreiros terem sido postos abaixo, mas que como não era uma obra do CDS não prestava.-----

----- Quanto ao transporte de crianças, recordou que Anadia tem um Centro Escolar novo, de qualidade, pelo que perguntou se a Câmara Municipal teria de transportar os meninos que estavam a um quilómetro, ou a quinhentos metros de distância do Centro Escolar, como seriam transportadas as crianças de Vilarinho do Bairro, de Amoreira da Gândara, de Ancas, ou até de Sangalhos. Recordou, ainda, tratar-se de uma competência do governo, para além de que o transporte de crianças tem de ser feito em meio adequado e com o acompanhamento de um funcionário, o que custa dinheiro. E para um governo que corta em tudo, concluiu que não seria fácil estar a pedir-lhe um reforço na verba dos transportes.-----

----- Sobre o projeto da Curia, começou por referir que outras freguesias, e outras localidades



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

já ficavam privadas com o que estava a ser feito na Curia, para ainda aumentar. E adiantou que a Câmara Municipal fazia de acordo com as suas possibilidades.-----

----- Depois, informou o Senhor Deputado que o "Borboleta" não era Curia, fazia parte da freguesia de Óis do Bairro, e aproveitou para dizer que o Senhor Deputado Sidónio Simões conhecia as complicações do "Borboleta", como ele também conhecia, mas não havia tempo para falar nelas.-----

----- Entretanto, e para finalizar, explicou que as obras tinham de terminar em algum lado e no caso em particular tinha sido proposto a obra terminar naquele local. Adiantou, ainda, que as pessoas deveriam estar atentas, e em especial os Senhores Deputados Municipais, para não virem reclamar fora de tempo que o passeio não teria chegado a determinado sítio. Até porque, acrescentou, a Câmara Municipal estava aberta todos os dias e o Senhor Deputado poderia ver, de forma imediata, onde chegava a obra e reclamar em devido tempo, que até podia ser que houvesse alguma possibilidade de alterar. Não deixou de aproveitar a oportunidade para referir, também, que o partido do Senhor Deputado, e seu governo, nem permitia aquele tipo de alterações, nem empolamento nas obras, o que disse achar muito bem e ser, aliás, o que a Câmara de Anadia sempre tinha feito, e que só agora o governo tinha descoberto que deveria ser assim.-----

----- Concluiu, portanto, que o que estava feito estava bem feito, e a Câmara Municipal não poderia, só para satisfazer todas as vontades, andar a alterar os cubos em cimento para calçadinha, se entretanto toda a gente ficasse a reclamar e a fazer abaixo-assinados da Curia até Mogofores. Para isso, recomendou, no futuro, que fosse escolhido um partido dessa natureza, com dirigentes dessa natureza, que iriam a todo o lado.-----

----- A finalizar, declarou que a Câmara Municipal assumia o que tinha feito, e era isso que iria continuar a fazer no futuro.-----

----- Uma vez concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Apresentados os devidos cumprimentos, o Senhor Deputado começou por justificar que o seu pedido de intervenção se prendia um pouco com aquilo que o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco tinha falado, mas, também, e não só, com toda uma campanha que andava pelos blogues de Anadia que habitualmente lia, até porque às vezes lá havia coisas que davam para rir um pouco, especialmente alguns comentários que apareciam. Reconheceu, assim, que habitualmente os acompanhava e, nessa medida, considerou que a intervenção do Senhor Deputado Tiago Castelo Branco se inseria na mesma linha desses blogues.-----

----- Entretanto, passou a referir que por acaso, há uns anos, tinha tido oportunidade de visitar o antigo matadouro e de constatar tratar-se, efetivamente, de uma obra muito degradada por dentro, pelo que concluiu, portanto, que era aquele o caminho que uma obra daquelas teria de seguir, e seguindo também o raciocínio que o Senhor Deputado tinha referido relativamente ao Bairro Cancela de Abreu. Para além de que sabia que os moradores daquela zona até tinham



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ficado satisfeitos que o matadouro fosse posto abaixo, no sentido de limpar aquela zona que era uma zona que as pessoas não gostavam de ver assim, pelo estado de degradação que o edifício apresentava.-----

----- Não deixou de reconhecer, também, que o edifício não estaria propriamente a cair, mas estava, isso sim, muito degradado e interiormente, também, bastante degradado, pelo que pôde testemunhar algumas vezes que tinha tido a oportunidade de lá ir quando lá funcionou a secção columbófila de Anadia. Por outro lado, e de qualquer maneira, referiu que quanto a qualificar uma obra com sessenta ou setenta anos como histórica, o CDS poderia ter proposto essa mesma qualificação histórica patrimonial do edifício.-----

----- O Senhor Deputado Dino Rasga lembrou, entretanto, que o Presidente da Câmara já tinha feito referência às condições degradantes em que eram abatidos os animais naquele matadouro, o que também era história, e concluiu, assim, que essa história os levaria a propor que o edifício fosse efetivamente banido para que aquela triste memória não fosse perpetuada.-

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Deputado comentou que a mesma se inseria no habitual das suas intervenções e disse pensar que a todos os Deputados daquela Assembleia começava a saturar um pouco a maneira como o Senhor Deputado normalmente interpelava o Senhor Presidente da Câmara. Sublinhou, assim, haver naturalmente meios e maneiras de o fazer dentro do respeito que as pessoas e os seus cargos mereciam. Portanto, e como habitualmente o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco se apresentava na Assembleia Municipal com exercícios políticos e de maledicência, disse não saber se efetivamente era para apresentar serviços, ou por que motivo se prenderia, e da maneira por vezes tão baixa com que se dirigia ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Lembrou, ainda, que inclusivamente nas comemorações do 25 de Abril, o Senhor Deputado tinha tido a desonra de abandonar a sala da Assembleia Municipal numa altura em que estavam a usar da palavra os Senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia. Portanto, disse não perceber, e já na última Assembleia tinha questionado o Senhor Deputado sobre o que era a democracia para ele, mas que lhe dava a impressão de que efetivamente a democracia do Senhor Deputado era um pouco estranha, porque não aceitava quando funcionavam as maiorias, nunca aceitava, de facto, os resultados. Aproveitou, então, para reforçar que o tipo de democracia que tinham era assim mesmo, os menores a terem de se reclinar ou declinar perante os maiores, ressaltando estar a falar, naquele caso, em termos de votos.-----

----- A concluir, referiu, assim, que o Senhor Deputado, ou teria de alterar a sua posição relativamente à democracia atual, que para ele não servia, ou então teria de aceitar aquelas regras daquele jogo, reiterando, no entanto, que começava a ser para todos os Deputados da Assembleia demasiado saturante ouvi-lo interpelar o Senhor Presidente, que não era interpelar, era antes insultar o Senhor Presidente da Câmara, com coisas que pensava que aquela Assembleia não merecia. Portanto, considerou que o Senhor Deputado teria de rever os seus conceitos de democracia, teria de defender sim os municípios, o que aliás achava bem, mas com



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coisas que fossem legais, corretas e importantes, e respeitando sempre as pessoas que estavam na Assembleia e os cargos que ocupavam.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Cumprimentados os presentes, o Senhor Deputado passou a apresentar um assunto que disse preocupá-lo, em particular, e pensar preocupar a todos os anadienses. Nessa conformidade, disse que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal fizesse o ponto da situação atual relativamente ao Mapa Judiciário. Sobre o assunto, referiu que tinha tido a oportunidade de estar presente numa Assembleia da Comunidade Intermunicipal, e de questionar o Senhor Presidente do Conselho Executivo acerca dessa matéria, e que ficou mais preocupado, porquanto julgava haver mais solidariedade entre os próprios municípios que compõem a CIRA.-----

----- Aproveitou, então, para referir tratar-se de algo que, de facto, já vinha constatando ao longo dos anos, relativamente a outras matérias, concluindo que aquela matéria de extrema importância, em especial, realçava essa falta de solidariedade entre municípios. Não deixou, também, de constatar que a posição da CIRA era pública, recordando, inclusivamente, que essa posição tinha sido transmitida na última sessão da Assembleia Municipal de Anadia e constava da própria ata.-----

----- Portanto, e sobre essa matéria, disse não ter muito a questionar. No entanto, reconheceu que a sua preocupação residia no facto de, depois de ter questionado o Senhor Presidente do Conselho Executivo, ele lhe ter respondido de uma forma que considerava preocupante. Explicou, assim, que o Senhor Presidente do Conselho Executivo da CIRA o que dizia, relativamente a Anadia, era que a questão era muito simples, passava por defender o Tribunal de Anadia com valências e que, portanto, quem deveria superintender essa defesa, deveria ser o Senhor Presidente da Câmara, ou seja, os Presidentes de Câmara é que deveriam superintender essas defesas dos Tribunais.-----

----- O Senhor Deputado considerou, assim, tratar-se de uma afirmação bastante preocupante, no seu ponto de vista, não por não ter confiança e não acreditar na capacidade do Senhor Presidente da Câmara para negociar a melhor forma para resolver a situação, mas, antes, por entender estar em causa a falta de solidariedade de uma Comunidade que devia estar ao lado dos municípios que a compõem e que, realmente, se estava a descartar relativamente a uma matéria tão importante.-----

----- Pelo exposto, e até para fazer uma análise mais correta, porquanto poderia estar a ser injusto e não pretendia ser, pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer o ponto de situação relativamente ao mapa judiciário que disse pensar ser muito importante no momento.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes na sua primeira intervenção da sessão, o Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado começou por declarar pretender fazer uma intervenção semelhante à do Senhor Deputado Rui Marinha, mas relativamente à prestação dos serviços de saúde à população, o caso a consulta aberta.-----

----- Referiu, assim, tratar-se de um assunto que dizia muito ao sentimento da população e que tinha um melindre que escusava de estar a lembrar, porque o Senhor Presidente da Câmara bem o saberia, na medida em que tinha assumido um protagonismo que todo o país conheceu, na altura quando reduziram o horário de funcionamento dos serviços de urgências. E, portanto, constatou não haver dúvida que o Partido Socialista tinha sido penalizado eleitoralmente, a nível nacional e a nível concelhio, por essa situação.-----

----- Por conseguinte, referiu que os eleitores, com certeza, tinham ficado numa grande expectativa, quando o Governo passou a ser do PSD e do CDS, de que essa situação fosse melhorada. Como, pelo que vinham sabendo, não era bem assim, mas o contrário, o Senhor Deputado apelou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que recordou ter inclusivamente aproveitado o seu discurso do 25 de Abril para também referir esse tema, para facultar uma informação ao Grupo Municipal do PS sobre se a situação em vez de melhorar, como os eleitores esperavam, se calhar, não terá piorado. Dirigiu-se, também, à maioria do PSD, que referiu ter provavelmente beneficiado com as críticas que fez ao anterior Governo PS relativamente a essa questão, mas que agora, precisava de ser confrontada com aquela questão. Concluiu, declarando ser esse o esclarecimento que pretendia e que agradecia.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- Cumprimentados os presentes, o Senhor Deputado começou por referir que, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito que no dia seguinte às comemorações do 25 de Abril se deslocaria a Lisboa para falar com a Senhora Ministra da Justiça sobre o Tribunal de Anadia, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara expusesse o assunto daquilo que tinha ouvido e do que tinha exigido.-----

----- De seguida, e considerando que no momento muita gente do concelho de Anadia já passava bastante fome, em especial as crianças, conforme tinha podido verificar na Assembleia de Alunos, pelos inquéritos que algumas escolas tinham feito, que muitas das crianças não tomavam o pequeno-almoço e não bebiam leite durante alguns dias da semana, assim como não comiam fruta, e uma vez que em Anadia se vinha demolindo edifícios, o Senhor Deputado João Morais perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal pelo edifício de apoio aos tuberculosos, localizado no centro do concelho de Anadia, que estava completamente degradado e era uma vergonha para o concelho. Sobre o edifício, perguntou se o Senhor Presidente da Câmara Municipal teria ideias, ou se teria alguma proposta de compra do edifício, uma vez que o Governo se preparava para vender alguns imóveis, por considerar tratar-se de um edifício que marcava uma época em que as pessoas morriam no concelho com a tuberculose, e que tinha prestado um grande auxílio a toda a população do concelho, que deveria ser de preservar, já



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a tuberculose estava de volta em grande escala. Perguntou, ainda, se o Senhor Presidente da Câmara Municipal teria ou não vontade de recuperar aquele edifício, uma vez que o concelho de Anadia tinha falta de instalações, e dispunha, no momento, apenas do Centro de Saúde que já não chegava para a consulta aberta.-----

----- Entretanto, o Senhor Deputado disse que as pessoas que tinham vendido à Câmara Municipal os terrenos para o aumento do Campo de Golfe Ihe tinham pedido para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara o que tencionava fazer dos terrenos, uma vez que não tinham sido utilizados, e uma vez que o Clube de Golfe estava em falência e, se calhar, iria ser extinto. Nessa medida, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se teria ideias ou não em avançar com o campo de golfe.-----

----- Sobre o ordenamento do território do concelho de Anadia, disse pretender dirigir uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho.-----

----- A introduzir o assunto, disse pensar ser do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal o litígio que existia entre as freguesias de Avelãs de Caminho e de Sangalhos para apropriação de algum território da freguesia de Sangalhos. Entretanto, e considerando que os limites possivelmente iriam ser alterados naquelas freguesias, porque não sabiam se iriam ser agregadas se não, disse que gostaria de informar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho de que o que limitava a freguesia de Sangalhos com a freguesia de Avelãs de Caminho era a nascente da água que passava junto ao edifício do restaurante do Senhor Valdemar. Esclareceu, portanto, que a divisão da linha de água era o limite que demarcava a freguesia de Avelãs de Caminho com a freguesia de Aguada de Cima e com a de Sangalhos, e adiantou que no futuro, se necessário fosse a freguesia de Sangalhos avançar para um processo judicial, lá estaria a defender, com algumas pessoas de bastante idade, algumas delas próximas dos cem anos, as quais, se fosse necessário, prestariam os esclarecimentos.-----

----- Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu ainda a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado disse ter solicitado a palavra apenas para dar uma achega à intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha. Sobre a reunião da CIRA em que tinha sido afluída a questão do novo Mapa Judiciário, reconheceu ter ficado também realmente preocupado, porquanto a questão era que a posição da CIRA, do que Ihe tinha parecido, era a de não ser árbitro de guerra entre concelhos. Portanto, referiu que quando a troca de valências era entre concelhos pertencentes à própria Comunidade, não iriam poder contar com o apoio dessa Comunidade para defender o concelho de Anadia. Por outro lado, adiantou que a posição que pensava sair da ideia da intervenção do Presidente do Conselho, era a de que, sendo Anadia uma Comarca Piloto, não deveriam ser feitas mexidas antes de haver conclusões sobre os resultados dessa Comarca.-----

----- Entretanto, disse pretender perguntar, também, se teria chegado alguma conclusão da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

moção que tinha sido aprovada na Assembleia Municipal, e enviada para os respetivos poderes mais altos, porque também tinha ficado com a ideia, e isso por várias intervenções que tinham sido feitas na Assembleia da Comunidade, que a Senhora Ministra não recebia Presidentes de Câmara e que fazia questão que isso assim fosse. Portanto, considerou que mesmo que com boa vontade o Senhor Presidente tente marcar uma reunião com a Senhora Ministra, provavelmente iria ser recebido por uma assessora. E, nessa conformidade, referiu não saber quem poderia fazer a luta pelo Tribunal de Anadia e pelas suas valências, se a Assembleia Municipal, se o Senhor Presidente da Câmara, se a CIRA, se quem poderia. Mas, concluiu, que alguém teria de fazer alguma coisa, antes que a proposta viesse a ser um facto consumado.-----

----- Decorrida, então, a intervenção do Senhor Deputado António Rafael Timóteo, o Senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às intervenções feitas pelos Senhores Deputados.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por responder ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PPD/PSD, referiu que a Câmara Municipal, de acordo com as suas competências, tinha decidido e tinha-o feito em pleno direito mas, acima de tudo, na plena convicção de que estava a demolir uma obra que era necessária para o desenvolvimento daquela zona da cidade e, portanto, esclareceu que o assunto estava terminado. Referiu, ainda, que quem não se sentisse bem com aquela decisão assumida pela Câmara Municipal teria a possibilidade de avançar para outras démarches, sublinhando, uma vez mais, ter sido uma ação que não foi efetuada pela "calada da noite", porque a Câmara nunca fez nada às escondidas.-----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por concordar com a forma como o Senhor Deputado discutia determinada questão, perguntando ao Presidente da Câmara para lhe dizer algo sobre o problema do Mapa Judiciário.-----

----- E, nesse sentido, disse também não lhe poder fazer qualquer promessa porque, como saberia, não era da sua competência a decisão sobre essa matéria. Mas, no entanto, disse que talvez pudesse fazer algo para impedir, no tempo, e em especial com alguma rapidez, que mais asneiras fossem feitas para além das que já tinham sido feitas até então.-----

----- Sobre a reunião com a Senhora Ministra da Justiça, começou por referir que lá tinha estado na quinta-feira. Entretanto, aproveitou, também, para responder ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, e para lhe dizer que ele tinha razão, porque realmente, tanto a Senhora Ministra, por quem deveria ser recebido, como o Senhor Secretário de Estado estavam muito ocupados e, na realidade, tinha sido recebido por um Chefe de Gabinete e por um Juiz Desembargador. Antecipando que estariam pouco preparados, por certo, lamentou o facto de um Presidente de Câmara, que é eleito pelo povo, quando os Ministros são nomeados, não ter sido recebido pelo Ministro ou pela Ministra, quando deveria.-----

----- Entretanto, passou a explicar por que não tinha sido recebido pela Senhora Ministra. Referiu, assim, ser sua convicção, até porque certezas não tinha nenhuma nos executantes da política atual, que a intenção do governo seria fazer só uma grande comarca por distrito.



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Comentou, então, que pessoalmente nada tinha a opor, desde que o Tribunal de Anadia não fosse prejudicado, porque a pretensão de Anadia é continuar a dar o mesmo serviço, ou se possível mais ainda, aos seus munícipes. No entanto, disse que o problema estava a seguir, quando o Senhor Chefe de Gabinete lhe disse para pôr um pouco de parte toda a documentação que tinha tido até então, porque no princípio de maio iriam enviar nova comunicação à Câmara Municipal e, nessa altura, discutiriam de novo o problema. Sobre esta informação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal aproveitou para referir que só num regime autoritário, totalmente anti democrático, é que seria feito algo sem dar conhecimento ao Presidente da Câmara e, naturalmente, à Assembleia Municipal.-----

----- Continuando, deu a conhecer que a reunião tinha sido cordial, tinham estado algum tempo a falar em várias matérias, incluindo a reforma administrativa para as freguesias, mas sobre o mapa judiciário é que nada mais havia a falar, porque tinham dito para não ligar muito ao que lá estava porque iriam remeter nova documentação no princípio de maio. Então, perguntou aos Senhores Deputados o que fariam numa situação daquelas, se não ficariam, naturalmente, a aguardar, como fez, por penso ser o mais lógico, apesar de o entristecer.-----

----- Todavia, recordou que Anadia tinha dado provas de reação nos momentos em que tinha sido prejudicada, pelo que não iria permitir, de ânimo leve, ser prejudicada, fazendo, se necessário fosse, mais uma romaria, pelo que deveriam ter algum cuidado.-----

----- Sobre o problema das valências, informou que não tinha chegado a ser discutido porque lhe tinha sido dito que quanto às valências, enfim, nada seria diminuído, pelo que poderia concluir que, se não era diminuído, ficaria tudo na mesma. No entanto, disse não ver nada disso, mas antes que Anadia iria ser severamente castigada, ficaria, no muito, com um Juízo. E, isso qualificou de dramático, na medida e que muita gente vivia do Tribunal, e a economia seria arrasada por completo, atendendo aos muitos advogados que existem, aos muitos escritórios alugados, à restauração, entre outras situações, tudo a economia a gerir.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Câmara Municipal confirmou que tinha falado e remetido ao Senhor Diretor Regional de Coimbra, por escrito, a dizer para ter cuidado com as estatísticas, porque amanhã iria dizer que a consulta aberta de Anadia só tinha tido quinze utentes por mês, porque a Direção Regional não tinha lá médicos, e eles teriam de ir para Mealhada, para Aveiro, para Coimbra, para os privados, para Sangalhos, etc., se não morreriam lá, e eles não queriam morrer lá. Disse ter ainda escrito para tomarem nota porque Anadia iria defender de forma intransigente a consulta aberta, já que essa era o resultado negativo do encerramento das urgências no Hospital.-----

----- Sobre a comunicação remetida ao Senhor Diretor Regional de Coimbra, informou que não tinha tido, até àquele momento, qualquer resposta, mas disse que estava atento e ia ao Centro de Saúde, onde se encontrava a funcionar o atendimento permanente, na expectativa de perguntar quantas faltas tinha havido. Isso porque, acrescentou, aquilo que era pretendido, e que era um pouco o princípio do atual Governo, era ir, a pouco e pouco, martelando em certas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coisas até a Câmara Municipal desistir. Falou, entretanto, que o PSD, por estar no primeiro degrau da escada, tinha de aguentar com tudo, por ser maioria, apesar de os outros lá irem gerindo, uns por terem dinheiro, outros porque fazem cair o Governo se não lhe fizerem a vontade. E, portanto, tinha de assumir as suas responsabilidades, porque não as estava a assumir naquele momento.-----

----- Mas voltando a falar da comunicação que tinha remetido ao Secretário de Estado da Saúde e ao Diretor Regional, disponibilizou-se a facultar cópia ao Senhor Deputado Cardoso Leal para o Senhor Deputado poder exhibir, e poder ver que afinal eles não faziam, mas não por não estarem avisados.-----

----- Quanto à intervenção do Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que no tocante à Ministra da Justiça pensava estarem esclarecidos.-----

----- Entretanto, declarou concordar com o Senhor Deputado quanto ao facto de haver muita carência na população do concelho, e acrescentou que por essa razão a Câmara Municipal tinha todas aquelas formas de apoio aos mais necessitados. No entanto, reconheceu que aquelas formas não chegariam a todos, ou porque eles próprios, por razões que a eles diziam espeito, não vinham junto da Camara Municipal, ou outros porque a Autarquia também não tinha possibilidade, em termos de regulamentos, de os poder ajudar. Adiantou, ainda assim, que a Câmara estava a ajudar dentro das suas limitações, mas o mais que podia.-----

----- Quanto à fruta nas escolas, recomendou ao Senhor Deputado para ver bem, porque, pelo menos, a Câmara Municipal estava a pagá-la, e se o fornecedor recebia, era porque realmente a lá punha. Explicou, ainda, que a Câmara Municipal tinha aderido ao programa da fruta escolar, no âmbito do qual o Estado pagava uma parte, a Câmara Municipal pagava outra, e estava tudo a funcionar. Se algo não estivesse a funcionar, disse que agradecia que o Senhor Deputado lhe fizesse chegar essa informação, porque a situação seria rapidamente colocada na ordem.-----

----- Relativamente ao edifício de apoio aos tuberculosos, o Senhor Presidente informou tratar-se de uma guerra anterior. Explicou, assim, que há uns anos atrás já tinham intervindo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arcos, a Câmara Municipal, mas a situação ia-se alterando. Na altura eram elaborados protocolos de posição, a Câmara Municipal melhorava as instalações e prestava um serviço, era tudo. Agora não, explicou, agora só se pretendia fazer dinheiro, mas adiantou que ainda não tinham dito à Câmara Municipal quanto custava.-----

----- No entanto, reconheceu ser uma tristeza ver aquele dispensário a cair, e uma pena, como o Senhor tinha dito, e bem, por ser um marco na assistência aos tuberculosos e de luta contra a tuberculose. Referiu, também, que continuava a haver tuberculosos, e que as pessoas que sofriam dessa doença tinham de ser tratadas em algum lado, apesar de não haver ali as melhores condições. Declarou, então, não ser intenção da Câmara Municipal pô-lo abaixo, mas adiantou que também não queria comprar um imóvel ao preço das atuais avaliações.-----

----- Assim, informou que a Câmara Municipal pretendia defender aquele edifício e se o Estado, o Governo, fosse amigo do património, como era o Presidente da Câmara, aquele edifício não



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iria abaixo, por ser realmente um marco histórico. Para tal, disse que a Câmara Municipal estava preparada para o recuperar, tendo, inclusivamente, o aval da Junta de Freguesia de Arcos para colaborar. Aliás, adiantou que tudo aquilo estava escrito, e poderia dizer como tinha sido elaborado, mas esclareceu que o governo queria vender para realizar dinheiro. Para terminar, assegurou ao Senhor Deputado que quando o Governo pusesse o edifício à venda, a Câmara Municipal iria exercer o direito de opção.-----

----- Entretanto, esclareceu o Senhor Deputado que a Câmara Municipal tinha comprado os terrenos, mas sem lhes dar destino, e sem terem qualquer ónus. Não obstante, referiu que se não servirem para o campo de golfe existente, que disse estar mal implantado, na sua ótica, também não saberia para que serviriam. Mas, informou que a Câmara Municipal estava a aguardar por aquelas candidaturas enormes que existiam, porque adiantou como certo que a Câmara Municipal iria defender o campo de golfe, até por saber que a situação económica e financeira da empresa "Promogolf", como tantas outras, não era famosa. Portanto, disse que estavam a aguardar e atentos.-----

----- Sobre a polémica da divergência entre as freguesias de Avelãs de Caminho e de Sangalhos, disse que a queria introduzir noutra local. Declarou, também, que gostaria que as freguesias se entendessem, e manifestou-se convencido de que tal iria acontecer, porque as coisas se iam alterando, e não havendo prejuízos de cedência, as freguesias arranjariam isso. Manifestou, igualmente, a sua confiança nos Presidentes das Juntas.-----

----- Referiu, ainda, que ele nada poderia fazer como Presidente de Câmara e que se alguém ainda pudesse fazer alguma coisa seria a Assembleia Municipal. No entanto, considerou que a situação não iria chegar a esse ponto e, portanto, aguardava com muita serenidade o desenrolar da questão. Reiterou a sua confiança nas pessoas, por considerar serem capazes de resolver a questão. Se não forem, concluiu que a guerra continuaria, uma guerra que disse que também já vinha do anterior, só que, provavelmente, agora, as Juntas de Freguesia teriam mais dinheiro para placas.-----

----- Passando, entretanto, a responder ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e ao que o Senhor Deputado tinha falado da posição da CIRA relativamente à questão da reforma judicial, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que entendia a CIRA, quanto melhor tivesse as mãos lavadas, melhor se afirmava nos projetos da própria CIRA. Porque, afirmou, o projeto da CIRA não era aquele, o projeto da CIRA era muito mais sofisticado e tinha em causa poder. Assim, antecipou que se alguém estaria à espera de a CIRA vir resolver os problemas, estava enganado. Tudo o que implique lugares, e deu o exemplo concreto das Águas de Aveiro, que criaram uma série de lugares, entre outros, isso interessava à CIRA. Já quando se tratava de "dar o corpo ao manifesto", dizia que o que as Câmaras fizessem estava resolvido.-----

----- Então, referiu que como o interesse de Anadia constava de algo muito simples, o Município de Anadia iria defender o seu Tribunal e nada tinha que ver com o Tribunal de Águeda, ou de Oliveira do Bairro, porque esses teriam, naturalmente, de defender o deles. Adiantou, ainda,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que ele próprio estaria na primeira linha a defender o Tribunal de Anadia e agradecia, naturalmente, a colaboração dos Senhores Deputados. Tudo o resto era conversa, concluiu, até porque considerava que chamar entidades exteriores, em termos de interesse, para resolver os interesses de Anadia, os seus problemas, era dar parte de fraco, e de fracos não rezava a história.-----

----- Declarou, a finalizar, serem, felizmente, uma Assembleia com capacidade para tomar decisões e executá-las, e era nesse sentido que também poderiam contar com ele. No entanto, reconheceu que o Senhor Deputado tinha dito, e bem, que a experiência piloto ainda não tinha terminado. Como tal, disse que o governo poderia fazer tudo e deixar o Tribunal de Anadia em experiência piloto, deixá-la chegar ao fim e depois veriam, no futuro, qual funcionaria melhor, se efetivamente a nova remodelação, ou se tudo o que existia e que só funcionava em três comarcas, que se encontrava em experiência. Concluiu, comentando que assim o país não iria a lado algum, por não ser um país tão rico para experimentar, chegar ao meio da experiência e voltar atrás, apesar de ter vindo a ser assim, um delapidar constante de dinheiro.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Senhor Presidente da Câmara de que tinha excedido os seus trinta minutos para aquele ponto. De qualquer modo, informou, também, que entendendo o PSD conceder-lhe tempo, poderia continuar a prestar esclarecimentos que lhe fossem solicitados.-----

----- De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado disse não ter ficado nada, ou muito pouco tranquilizado, com o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito, tanto a respeito dos serviços de saúde, como a respeito do Tribunal.-----

----- Recordou, então, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha combatido o governo PS, o que disse compreender perfeitamente, e apesar de não ter tido tudo o que desejava, ao menos tinha sido recebido, quer pelo Ministro Correia de Campos, quer pela Ministra Ana Jorge. Mas, constatou que agora, para além de não ter sido recebido pelo governo do seu partido, o que o Senhor Chefe de Gabinete, que o tinha recebido, lhe tinha dito também não era nada de concreto.-----

----- Continuando, referiu que no caso do Tribunal, toda a gente reconhecia, assim como no caso dos serviços de saúde, tratar-se de assuntos melindrosos e importantes. Disse lembrar-se que da outra vez que o assunto tinha sido levantado na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara tinha dito algo, aos Deputados Municipais do PS, como: "se isto vai assim (que era uma proposta de esvaziamento do Tribunal), vocês até escusam de ir às eleições". Constatou, então, que realmente o Tribunal de Anadia, se perdesse essas valências, como era proposto no último documento que tinham visto, ficaria esvaziado, porque vivia muito, há muito tempo, era uma comarca centenária, tinha história, tinha instalações, tinha competências, portanto, tinha um trabalho positivo prestado à comunidade regional, não só ao concelho. E,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, o Senhor Deputado concluiu que aquela proposta, a última que conheciam, seria gravíssima para Anadia.-----

----- Assim, lembrou que nessa altura, os Deputados Municipais do PS se tinham mexido e tinham conseguido evitar um atentado aberrante, o qual, pelos vistos, continuava na "mó de cima", agora, com o governo do PSD.-----

----- Portanto, disse que os Deputados Municipais do PS esperavam, do Senhor Presidente da Câmara, o empenho que já tinha mostrado em outras situações, para que tal não acontecesse. E, uma mais uma vez, repetiu, também, o seu apelo à maioria do PSD, porquanto disse não ter grandes ilusões que aquelas questões se resolvessem muito numa correlação de forças, que passava até entre os municípios, e até entre as personalidades do mesmo partido.-----

----- Nesse sentido, apelou à maioria do PSD para que se mexesse, como os Deputados Municipal do PS se tinham mexido, e para que não deixasse aquilo acontecer e para que defendesse os interesses de Anadia, numa situação em que Anadia tem razão, e que quer continuar a prestar serviços de qualidade no campo da justiça, como vem prestando desde há quase dois séculos.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que tinha pedido para intervir na sequência do que tinha dito o Senhor Deputado João Morais relativamente ao litígio em que o Senhor Presidente da Câmara não se queria meter dos limites das freguesias de Avelãs de Caminho e de Sangalhos.-----

----- Confirmou, então, tratar-se de uma guerra antiga, que talvez tivesse começado com o anterior Presidente da Junta. Entretanto, referiu que um pouco antes o Senhor Presidente da Câmara até se tinha enganado e tinha dito Ancas, porque parecia que afinal os limites da freguesia de Sangalhos colidiam com todas as freguesias limítrofes, concluindo que começavam a ver aí qualquer coisa de especial.-----

----- Anunciou, então, que por causa da notícia que tinha sido publicada nos jornais, tinha feito uma pesquisa no sentido de tentar encontrar os limites das freguesias naqueles tempos idos, isso porque o meu amigo e conterrâneo, quase, Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, tinha dito aos jornais que no mapa, que era o mapa legal, tinham sido feitos uns riscos por alguém em Lisboa, salvaguardando o facto de ter sido o que apareceu nos jornais, porque poderia não ter sido bem aquilo que ele tivesse dito.-----

----- Continuando, referiu que o que acontecia era que não tinha conseguido encontrar mapas da altura em que foram alterados os nomes e foram designados os antigos nomes que tinham a ver com a religião, até para freguesias, isso lá para mil oitocentos e trinta, com o Senhor Mouzinho da Silveira, porque tinha tentado encontrar mapas dessa altura e era muito difícil, mesmo na internet, com a sua imensa oferta, uma vez que todos os mapas que tinha encontrado tinham exatamente a mesma configuração. Falou, então, que existia uma passagem estreita para que Sangalhos fosse para o Videeiro, que pertencia à freguesia de Sangalhos,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas, efetivamente, o lado nascente da Estrada Nacional número um, até à fábrica das manilhas, do Bicarinho, estava como sendo Avelãs de Caminho. De qualquer maneira, concluiu que também seria fácil: a freguesia de Avelãs de Caminho tinha uma determinada área que estava escrita, pelo que seria uma questão de fazer as contas, e como não seria possível pôr rés-do-chão e primeiro andar, teria de ser em área estendida, se calhar teriam de encontrar aquela área de Avelãs de Caminho em qualquer lado.-----

----- Portanto, relativamente ao rego foreiro a que se tinha referido o Senhor Deputado João Morais, confirmou que esse rego, efetivamente, separava as freguesias, mas acrescentou que o Rio Cértima também começava em Casal Comba e não separava só Avelãs de Caminho de Sangalhos, separava muitas freguesias pelo caminho. Portanto, considerou que a valência do limite do rego foreiro numa determinada extensão não queria dizer que fosse até à sua nascente. Aproveitou para referir, também, que sempre se lembrava de ser dito que aquele lado da Estrada Nacional nascente era Avelãs de Caminho e que o lado poente, onde estava localizada a Madeicentro e outras empresas, esse sim já era Sangalhos, pertencia a São João de Azenha.-----

----- Reconheceu, também, que se esperarem que a nova lei da reorganização funcione, ou que venha a ser feita alguma alteração com base nisso, provavelmente, depois até poderão passar a ser todos da mesma freguesia, e aí, nem se poria aquela questão. Mas, como natural e residente em Avelãs de Caminho que era, e a continuarem assim, disse que qualquer dia a sua casa também mudaria para Sangalhos. Para tal, adiantou que iria continuar a fazer os seus estudos, para ver se encontrava, e esperava que alguém lhe mostrasse, um mapa diferente daquele que a Câmara Municipal tinha e que conhecia em todo o lado.-----

----- Entretanto, deu a conhecer que tinha tido a oportunidade de consultar o Instituto Geográfico, e todos os mapas que lá havia, desde há muitos anos, eram todos idênticos. Adiantou, no entanto, haver algo caricato. Em posse de um extrato de uma ata da Câmara Municipal, a ata número onze de dois mil e onze, do dia um de junho de dois mil e onze, em que a Junta de Freguesia de Sangalhos pedia um parecer à Câmara Municipal porque supostamente estava a ser atacada, entre aspas, pelo concelho de Oliveira do Bairro, supostamente uma rotunda ou qualquer outra infraestrutura que ia lá aparecer, constatou que a Câmara Municipal tinha defendido, como era óbvio, a freguesia de Sangalhos, com base, mas isso era secundário, numa carta administrativa oficial de Portugal, de dois mil e dez. O que queria dizer, que aquela carta servia para delimitar Sangalhos a norte, com Oliveira do Bairro, mas não servia para delimitar Avelãs de Caminho e Sangalhos, como provavelmente não serviria para delimitar Sangalhos com Amoreira e Ancas.-----

----- O Senhor Deputado aproveitou, então, para constatar que aquela guerra, entre aspas, das freguesias era de facto muito jovem e aparecia quando tinham sido feitas as chamadas novas matrizes. Acrescentou, ainda, que só nas Finanças é que os terrenos tinham mudado de freguesia, em mais nenhum lado tinham mudado, porque também os mapas não tinham mudado, e isso toda a gente sabia por que é que tinha acontecido. Era que Avelãs de Caminho



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinha uma Casa do Povo que ia fazer setenta e cinco anos e, nessa altura, os terrenos abrangidos pela área da Casa do Povo, que seria a freguesia de Avelãs de Caminho, tinham que pagar uma quota a essa mesma Casa do Povo. Assim, concluiu que muitos dos proprietários daqueles terrenos que conheciam eram pessoas de Sangalhos e de outras localidades, que o que tinham querido era que nas tais novas matrizes os terrenos fossem desagregados de Avelãs de Caminho para não pagar o escudo que tinham de pagar à Casa do Povo. Mas acabou, dizendo que isso era algo muito recente porque o antigo, de facto, era aquele mapa que todos conheciam e que ainda não tinha encontrado nenhum diferente em lado algum, no estudo que estava a fazer sobre o assunto.-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado começou por agradecer a dispensa do documento da Associação Nacional de Municípios. Entretanto, disse que pela intervenção do Senhor Presidente tinha depreendido que a Câmara até era a favor, mas estaria à espera de ordens superiores. Disse, ainda, acreditar que a Assembleia Municipal, e o Executivo, concordariam que à medida que o tempo passava, começava a haver cada vez mais um alheamento da parte da população jovem relativamente à vida política. E acreditar, também, que fosse unânime, que todos concordariam que os Conselhos Municipais de Juventude poderiam fomentar essa mesma participação da parte das populações mais jovens.-----

----- Portanto, declarou que a sua intervenção relativamente àquele assunto, passaria por desafiar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a assumir politicamente o compromisso da instauração dos Conselhos Municipais de Juventude, independentemente da posição da Associação Nacional de Municípios, até porque havia concelhos que já tinham Conselhos Municipais de Juventude mesmo antes da lei, e acreditava que isso não fosse impedimento para a sua instalação.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Floro, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, não sem antes alertar o Plenário para o facto de que o tempo para discussão daquele ponto se estar a esgotar.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, passou a responder ao Senhor Deputado Dino Rasga. Começou por dar a conhecer que era de Avelãs de Caminho, mas que entretanto estava em Sangalhos e era Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, portanto tinha que defender a herança que lhe tinha sido deixada, antecipando que defenderia com alguns argumentos.-----

----- Assim, não deixou de referir que o Senhor Deputado Dino Rasga tinha a razão dele, com os argumentos que tinha apresentado, mas alegou que se no momento os documentos que existiam em Finanças e Conservatória não valiam nada, então não sabia em que país estavam. Acrescentou, ainda, que os documentos que apresentava tinham oitenta, noventa anos, estavam registados em Sangalhos, daquela zona, pelo que deveriam ter alguma validade.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não obstante, também concordou que a situação iria sofrer desenvolvimentos, mas voltou a referir que teria de defender a sua freguesia, e não deixar as coisas andar por ter sido de Avelãs de Caminho. Declarou, mesmo, que iria tentar fazer, dentro das suas possibilidades, mais do que aquilo que os seus antecedentes tinham feito, por considerar tratar-se de um problema que se arrastava já do tempo do Senhor Armando Castro, há aproximadamente vinte anos. Portanto, disse que poderia ser que agora, com aquela nova reorganização das freguesias, a questão até fosse dar em nada, e até poderia ser que Avelãs de Caminho fosse para Sangalhos ou Sangalhos para Avelãs de Caminho e, portanto, as coisas ficariam resolvidas dessa forma.-----

----- Declarou, então, a concluir que iria aguardar, mas adiantou que a questão não estava esquecida, porque não era quem na Assembleia falava melhor, ou falava mais tempo, que teria razão.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado António Floro, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para uma última intervenção naquele ponto dois do período de antes da ordem do dia.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por reiterar aos Senhores Deputados António Floro e Dino Rasga que não era a si que lhe competia, até por se tratar de questões entre freguesias.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Tiago Coelho, esclareceu que a Câmara Municipal recebia de bom grado todos os Conselhos Municipais de Juventude, nada tinha contra isso, mas não iria fazer um Conselho Municipal de Juventude, criando algumas ambiguidades relativamente ao que a lei definia. Portanto, antecipou que a juventude concelhia não estava impedida, ela sim, de organizar o seu Conselho, e adiantou que dentro daquilo que ela pudesse fazer, e até que fosse oficialmente aceite, a Câmara estaria disponível. Adiantou, igualmente, ser da intenção do Presidente da Câmara levar aquela lei, ou aquela determinação a bom termo, por entender, ele próprio, e a Câmara Municipal, que numa democracia, tão pouco participada, por razões que desconheciam, que a juventude deve ser apoiada.-----

----- No entanto, não deixou de alertar o Senhor Deputado para o facto de os Conselhos funcionarem com regras e se essas regras não estivessem disponíveis superiormente, seria complicado. Mas, disse que seria de aguardar, por se tratar de um desafio complicado, que também acreditava que não seria um partido a consegui-lo, teriam de ser todos a trabalhar nesse sistema, e por não acreditar que a juventude fosse esquecida por mais tempo.-----

----- Entretanto, disse pretender fazer um esclarecimento ao Senhor Deputado Cardoso Leal. Começou por concordar e afirmar ter sido o PS a dar a Anadia o Tribunal que hoje tinha. No entanto, não deixou também de referir discordar do Senhor Deputado quando disse que tinha sido o Partido Socialista a criar todas as condições para que tal acontecesse, porque, apesar de não querer dizer que não tivesse colaborado, poderia dizer-lhe que a iniciativa tinha partido do Presidente da Câmara que na véspera da apresentação lá tinha estado. Explicou, assim, que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda não sabia, tinha-lhe apenas sido prometido na véspera, que Anadia seria contemplada com o que tem atualmente, mas não tinha a certeza. Quando um dia ou dois a seguir, se apresentaram à apresentação, puderam constatar que efetivamente o Senhor Conde Rodrigues, tinha tido palavra, tinha cumprido o que tinha prometido.-----

----- Portanto, disse pretender fazer apenas aquele esclarecimento, não querendo dizer que o Partido Socialista não partilhou, não participou, não ajudou. Ajudou, com certeza, mas a questão tinha sido como explicou.-----

----- Uma vez esgotado o tempo de discussão do ponto dois do período de antes da ordem do dia, e antes de encerrar o ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário que se encontrava na Mesa, para votação, uma proposta de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Adelino Ferreira da Silva.-----

----- Submetida a proposta à votação dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade dos trinta e quatro Deputados presentes na sala, tendo faltado à votação a Senhora Deputada Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, e o Senhor Deputado António Rafael das Neves Timóteo do Grupo Municipal do PPD/PSD, e adiantou que o voto de pesar iria ser comunicado à família do Senhor Dr. Adelino Ferreira da Silva.-----

----- Entretanto, referiu que como os Senhores Deputados se teriam apercebido, aquando da votação para aprovação da ata número duzentos e oitenta e oito, o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, tinha colocado um voto de vencido para fazer constar na ata da sessão em curso, e sobre a qual tinha tecido alguns comentários e solicitava a audição da gravação para que fossem confirmadas as irregularidades e os outros impropérios que tinha atribuído ao Senhor Presidente da Assembleia.-----

----- Assim, disse pretender chamar a atenção dos Senhores Deputados para o que o Regimento da Assembleia Municipal referia, no Artigo cinquenta e um, ponto cinco, e que era o que passou a ler: *“os serviços técnicos de apoio à Assembleia Municipal gravarão as sessões com a finalidade de as mesmas servirem de apoio à transposição para papel da ata”*. E no ponto seis, que *“em nenhum momento, a referida gravação pode ser utilizada para outro fim que não o expresso no ponto anterior”*.-----

----- Contudo, e porque na realidade achava que tinham sido tecidas acusações bastante graves, solicitou, enquanto Presidente da Assembleia, a todos os Senhores Deputados, porque teriam de ser todos a permiti-lo, que efetivamente aquilo que estava inscrito como o Senhor Deputado referia na página dez de trinta e nove, no primeiro parágrafo, fosse ouvido, e mais tarde atestado, em Conferência de Líderes, numa das próximas reuniões. Esclareceu que apenas faria a audição daquela questão se efetivamente todos se permitissem ouvir este trecho, em que a única pessoa que falava era ele próprio.-----

----- Reunido o consenso da totalidade dos Senhores Deputados, com exceção da Senhora Deputada Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, para a audição do trecho referenciado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que na próxima reunião de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

líderes iria ser ouvido aquele trecho, e depois, enquanto líderes, iriam tecer os comentários que fossem necessários para que os restantes Senhores Deputados tivessem consciência, se era verdadeiro, ou não, aquilo que os serviços técnicos da Assembleia tinham transposto da gravação para o papel da ata.-----

----- Seguidamente, informou o Plenário do pedido apresentado à Mesa pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, para lhe ser concedido um momento para defesa da sua honra e/ou direito de resposta.-----

----- Relativamente à questão da defesa da honra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse não acrescentar mais do que tinha dito no momento. Referiu não saber exatamente como considerar aquele documento e, por isso, de acordo com o que dizia o Regimento, iria remete-lo para apreciação do Plenário, uma vez que a defesa da honra estava consignada no Artigo quarenta e cinco e o direito de resposta no Artigo quarenta e três. Por se tratar de duas figuras completamente diferentes, distintas, e que se reportavam a situações completamente diferentes, reiterou não saber como identificar um documento que dizia defesa da honra e/ou direito de resposta. Considerando que ou deveria ser uma coisa ou outra, adiantou que pessoalmente não sabia que resposta teria que dar àquela questão, e gostaria, efetivamente, que a Assembleia o esclarecesse sobre qual o tipo de resposta ou qual o tipo de situação relativamente ao qual se deveria pronunciar.-----

----- Para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal quisesse o esclarecia. Referiu, assim, que para ele era defesa da honra, porque apesar de o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não considerar isso uma ofensa da honra, ele considerava. Por via das dúvidas, informou que até tinha posto o direito de resposta, não o fossem impedir, como o tinham impedido de usar o contraditório, que num país livre e democrático normalmente existia, ainda por cima na Assembleia que o Senhor Presidente dizia ser a soberana casa do povo. Concluiu, dizendo que se notava qual era a soberana, ainda há cinco dias tinham estado a comemorar o 25 de Abril e tinha ouvido as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal (depois de mandar retirar o microfone e dizer que o Senhor Deputado poderia recorrer para o Plenário) perguntou ao Senhor Deputado, que falava de democracia, se o Senhor Deputado se recordava como se tinha dirigido à Assembleia Municipal no dia vinte e cinco de abril, quando nem sequer tinha cumprimentado os Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia. Acrescentou que o Senhor Deputado não tinha cumprimentado ninguém e falava de democracia depois de dizer uma coisa daquelas.

Disse, ainda a terminar, que o Senhor Deputado não sabia qual seria o imenso prazer que tinha de ir buscar aquela gravação, naquele momento, porque já a tinha ido ouvir. Mas adiantou que não podia porque a lei não lhe permitia. Em resposta aos gestos do Senhor Deputado Municipal,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu: "O Senhor está-me a mandar calar. Fez-me assim... é para me mandar calar?"-----

----- Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia e passou, de imediato, ao período da ordem do dia, apresentando o seu primeiro ponto: "*Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)*".-----

----- Para fazer a introdução daquele primeiro ponto da ordem do dia, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por considerar que o documento em apreciação, habitualmente, era descrito de forma bastante minuciosa, pelo que submeteu o assunto à consideração dos Senhores Deputados.-----

----- No entanto, disse que lhe tinha surgido uma falta de tempo para esclarecer a questão da fruta escolar. Esclareceu, então, que a Câmara Municipal de Anadia tinha um projeto de abastecimento de fruta aos seus alunos que lhe custava, por ano, dois mil euros. A par disso, informou que tinha também uma Componente de Apoio à Família que custava, por ano, trezentos e cinquenta mil euros, que abrangia aproximadamente mil alunos, só do primeiro ciclo. Tudo números que eram refletidos no orçamento municipal, esclareceu.-----

----- Quanto ao resto, considerou que seria pernicioso estar a explicar ponto por ponto, até porque o que se vinha verificando no concelho era o momento importante de obras, algumas com problemas para os munícipes, mas que toda a gente teria de reconhecer tratar-se de um esforço financeiro muito grande, mas que dependia, essencialmente, de uma série de candidaturas que tinham sido aprovadas e que seria prestar um mau serviço ao concelho se a Câmara não as pusesse em marcha.-----

----- Antes de concluir, referiu que era fácil dizer que havia dinheiro para aquilo e não havia dinheiro para outra coisa. Referiu, ainda, que ele próprio gostaria de ter dinheiro para outras coisas, mas como não lho davam, gastava para onde era dado, muitas vezes em prejuízo de obras que gostaria de ver feitas, porque a Câmara Municipal também tinha a sua participação e, portanto, era mobilizado muito dinheiro do orçamento da Câmara para essa sua participação nessas obras.-----

----- Finalizou, dizendo que os Presidentes de Junta estavam todos identificados com essa forma de trabalhar, e que era obrigatória, porquanto nenhum Presidente de Câmara poderia dar-se ao luxo de recusar fazer uma obra para a qual, à partida, teria apoio comunitário. Portanto, constatou o que por aí estava à vista e rematou, declarando que os números revelavam realmente muitas obras, mas iriam ser levadas a bom termo pela Câmara Municipal.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado solicitou uma explicação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre o que era a Plataforma Concelhia do Baixo Vouga do Distrito de Aveiro, que se encontrava referida na área social, mas que reconheceu desconhecer. Em conclusão, disse que gostaria de saber o que era, o que fazia, quais eram os objetivos, porque a Câmara estava, de acordo com o documento, envolvida na participação em trabalhos e, portanto, que tipo de trabalhos eram e o que fazia a Plataforma.-----

----- Perguntou, ainda, qual o ponto de situação do PDM.-----

----- Logo após a intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado começou por informar que iria falar das coisas que o preocupavam mais e que achava mais interessantes. De qualquer modo, disse que queria que entendessem isso, sempre, como uma colaboração técnica e uma salvaguarda para os interesses do município.-----

----- A primeira delas, e que constituía uma preocupação de muita gente com terrenos na Várzea de Arcos, disse ser para onde estava a ser bombada a água que saía do estacionamento do edifício contíguo ao da Câmara Municipal. Perguntou, assim, se estava a ser bombada para a regueira foreira ou se estava a ser canalizada para as águas pluviais, porque, como vinham vindo, com a seca e a previsão de que nos próximos anos cada vez iria haver menos água, essa questão preocupava, naturalmente, os agricultores.-----

----- Depois, falou que no cimo da Avenida sé Luciano de Castro havia um espaço que tinha sido cedido ao domínio público, no âmbito de um loteamento, para um lugar de estacionamento, que entretanto foi construído. Sobre o mesmo, constatou que agora, ao fazer os passeios, para espanto seu, continuava lá a construção e não estava a ser utilizada para o uso que lhe tinha sido associado quando fizeram o loteamento. Pelo exposto, perguntou se os projetistas desconheciam, se o Senhor Presidente desconheciam, se não havia cadastro da Avenida, ou o que se passava, porque, por acaso, tinha tido a necessidade de fazer uma peritagem para o Tribunal e de requisitar plantas, e de as pagar, para ter conhecimento daquela situação.-----

----- Em relação ao matadouro municipal, e apesar da explicação que tinha sido dada pelo Senhor Presidente, declarou-se substancialmente preocupado, até por ser uma pessoa ligada ao património, com a demolição de edifícios com alguma referência, pois bastava falar com as pessoas com mais idade em Anadia, que toda a gente ainda falava na demolição do troço da cadeia anexo ao edifício dos paços do concelho, que era um espaço, pelo menos em termos construtivos, muito engraçado. Disse, assim, que só gostava de saber se era mesmo necessário, se não haveria outra possibilidade de resolver a questão.-----

----- Aproveitou, entretanto, para constatar que nos mandatos do Senhor Presidente da Câmara, havia um espaço verde, o espaço central do jardim em frente ao Tribunal, que já era considerado histórico, porque, de acordo com estudo que tinha feito ainda há pouco tempo, por outras razões, o autor do seu projeto já tinha mais de oitenta anos, logo, já era considerado jardim histórico, e também tinha sido destruído. O mesmo disse ter acontecido ao mercado



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipal, ao Cineteatro de Anadia, para além de ter sido permitida a demolição da antiga Cerâmica de Anadia, isso só para falar de demolições no centro, praticamente.-----

----- Consequentemente, declarou que não poderia deixar de referir, e até por ser uma área que lhe era muito carinhosa, que um povo sem património era um povo sem referências. E um povo sem referências, era um povo sem memória. Um povo sem memória, era um povo sem futuro. Nesse âmbito, considerou que não seria isso que se pretendia para aos anadienses, porque ao delapidarem o património que Anadia tinha, as referências que as pessoas tinham da cidade, acabavam por a tornar insonsa, deixando de ter o valor patrimonial que principalmente as pessoas mais antigas reconheciam. Mais ainda, referiu que quando um privado pretendia fazer uma remodelação de um edifício, a Câmara obrigava a manter parte de uma fachada que tinha custos elevadíssimos. A Câmara Municipal não mantinha, mas os privados, ou pelo menos alguns deles, tinham de manter, portanto, concluiu tratar-se de dois critérios para situações idênticas.-----

----- Entretanto, disse pretender saber quem tinha sido o responsável pela destruição de um ecoponto que já estava construído junto ao prédio do "Guilhermino", já tinha sido feita a betonagem, e tudo o resto, inclusivamente tinham sido colocadas as ferragens, e depois, de repente, tinha sido aterrado e mudado de sítio. Perguntou, então, se teria sido um erro de projeto, um erro do empreiteiro, ou o que se tinha passado, e a ter sido um erro, quem iria paga a construção e a demolição, porque o empreiteiro, de certeza, que não iria suportar os custos.-----

----- Continuando, esclareceu estar a falar em relação a Anadia, e se lhe fosse permitido, depois, gostaria de falar sobre a Curia, também, e pediu que as suas questões fossem entendidas como um bocado de parceria quase técnica pela experiência que tinha daquelas matérias. Passou, então, a referir que estavam a tentar dar uma espécie de perfil de Avenida ao troço entre os Bombeiros e a Poeta Cavador. Relativamente a isso, explicou que qualquer livro básico de vias, ou de arruamentos recomendava várias situações: uma delas era que com estacionamento perpendicular ou inclinado em relação à rua, seria necessária pelo menos uma via com três metros e meio para quem saía e entrava do estacionamento, portanto, uma via de redução de velocidade, e uma outra, com três metros, que permitisse a emergência e o fluxo de tráfego constante, porque a avenida tinha um fluxo de tráfego constante. Constatou, então, que agora tinham lá uma rua com cinco metros, que nem era carne nem era peixe, portanto, não cumpria uma coisa nem outra.-----

----- Depois, atendendo à altura dos edifícios, disse que seria preciso ter algum cuidado, porque estavam ali a criar um problema: os edifícios que estavam legais, em termos de regulamento de incêndios, deixavam de estar. Mas adiantou que não era só ali, havia outros casos. Explicou, então, que tinham deixado de estar legais porque com edifícios com mais de nove metros de altura, era exigida uma via, no mínimo com seis metros, se fosse franca, ou dez, se fosse em impasse. Ora, se a via não tinha seis, os edifícios passariam a estar ilegais quando estavam legais antes. Portanto, considerou que havia ali alguns cuidados que na sua opinião deveriam



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser repensados.-----
----- Depois, disse haver algo que então o chocava, que era o processo até ter o nome da melhoria de acessibilidades, quando de acessibilidades ainda não tinha visto nada. Consideradas todas aquelas regras básicas que tinham a ver com a diferenciação de pavimentos, os atravessamentos, o percurso acessível, constatou que não havia percurso acessível nenhum marcado, não havia um lugar de estacionamento para deficientes marcado, havia lugares de estacionamento contínuos, mas não havia um lugar principalmente nas zonas de maior interesse de utilização pública.-----
----- No que se referia à Curia, disse haver outras situações, também, que o preocupavam. A primeira era que não tinha percebido de quem tinha sido a ideia luminosa de entre Espairo e a Curia pôr o lancil deitado. Referiu, mesmo, ser uma novidade para ele, porque o lancil, normalmente, servia a altura dos catorze centímetros, que era obrigatória, ou pelo menos prevista na lei, servia para proteger um bocado o peão do automóvel, quando o que estava a acontecer naquele local, e depois de ter experimentado, era que quem circulava na via, se tivesse um pequeno descuido, subia o passeio sem notar nada, e circulava no passeio à vontade, porque aquilo era muito baixinho. Portanto, declarou que estavam a criar ali um aumento de carga para o posto médico, de certeza, e para o Hospital, desprotegendo claramente o peão, que o passeio era para isso que servia.-----
----- Na rua de acesso aos correios, disse haver também alguns problemas que lhe pareciam graves e que por isso lá tinha ido experimentar. Referiu, assim, que o perfil transversal da rua tinha três metros, e tinha estacionamentos dos dois lados, um deles a quarenta e cinco graus, e outro longitudinal. Ora, primeiro, disse que qualquer pessoa que saísse do estacionamento parava o tráfego todo, o que queria dizer que aquele troço, sendo muito pequeno, o comprimento de "stockagem", quer dizer, o comprimento dos carros a pararem até que a pessoa fizesse a manobra, poderia entupir rapidamente o cruzamento, desde que fossem três carros e fosse a meio da rua, seria suficiente. Por outro lado, adiantou que tinham tornado ilegal o edifício que lá estava, onde era localizado o "Quinabiba", e tudo isso, porque a rua só tinha três metros e os incêndios exigiam, no mínimo, seis.-----
----- Além disso, referiu que normalmente, no passeio, em termos de acessibilidades, quando se define mais que um material, tem a ver com as pessoas com mobilidade condicionada ou invisuais. O que acontecia ali, era que tinha sido criada uma plataforma à frente de um espaço comercial, e muito bem, referiu, que normalmente só vinha criar confusão por ser um material completamente diferente do passeio, à mesma cota. Então, perguntou quem seria o responsável quando aquele material se deteriorasse para o substituir.-----
----- Depois, falou outra questão que era, com uma rua tão estreita, com três metros, obrigar a circular, a fazer aqueles prédios todos uma grande rotunda, disse não entender a razão, quando em PDM, por exemplo, estava previsto o prolongamento em frente e outras vias por ali de atravessamento. Mas, acrescentou que nem era isso que estava em causa. Era que aquilo ia entrar numa urbanização privada cujas infraestruturas ainda não estavam concluídas. Portanto,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perguntou se a Câmara iria fazer as infraestruturas que faltavam ao promotor privado.-----

----- Em relação às acessibilidades, também, disse que ainda não estava muito construído na Curia, mas do que vinha observando, efetivamente, não via cumprimento das normas em lado algum. Ora, sendo as normas de acessibilidades uma imposição comunitária para o país, assim como a dos incêndios, alertou para o facto de a Câmara Municipal estar sujeita a que o QREN venha a retirar, e como o Senhor Presidente sabia, e ele próprio também já tinha sido penalizado por isso, porque qualquer irregularidade no projeto ou na obra, eles agora era sempre a cortar, era tirar umas percentagens aqui, outras acolá, e a Câmara poderia vir a ser penalizada. Então, perguntou quem iria ser responsabilizado no caso de haver penalização: se o projetista, se a Câmara, se todos, quem.-----

----- Depois, a terminar, disse, mais uma vez, que àquelas situações, principalmente quando eram complexas, deveria ser dado um tempo para as pessoas poderem ouvir e participar. A Câmara só teria a ganhar com isso e os munícipes também, rematou.-----

----- No seguimento das duas intervenções promovidas pelos Senhores Deputados Rui Marinha e Sidónio Simões, respetivamente, do Grupo Municipal do PS e do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por relembrar o facto de o Senhor Deputado Sidónio Simões ser funcionário da Câmara Municipal, pelo que, a Câmara como estava permanentemente aberta para ele entrar, tinha tido muito tempo para ver o projeto e, naturalmente, ver todas as questões que tinha apontado. Mas não viu, porque não lhe interessava ver, acrescentou.-----

----- Disse, então, que interessa ver, isso sim, que Anadia era um concelho sem alma, porque se destruía tudo. No entanto, referiu que o problema não estava no destruir, o problema estava no facto de não trabalhar dessa maneira, não viver, como um gestor de empresas falidas, da miséria, da desgraça, mas antes de obras novas. Até porque qualquer obra que a Câmara tinha feito vinha em substituição, acrescentou também.-----

----- Assim, disse pretender, também, dizer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que considerava ter havido realmente tempo para discutir aquelas matérias no ponto anterior, mas não tinha sido utilizado. Referiu, então, que isso violava, e perguntou como era que uma pessoa que violava as regras mínimas de uma ordem de serviço, estava a acusar a Câmara de não cumprir noutras situações. Porque, acrescentou, se ele fosse a acusar, tinha muitas coisas que acusar, porque o Senhor Deputado tinha um passado na Câmara Municipal que naturalmente dizia tudo.-----

----- Perguntou, entretanto, qual era a maior aberração que o "Borboleta", porque pela área que ocupava, só tinha ficado a faltar fazer uma ponte no rio para construir. Para além de uma série de situações, de que já várias vezes tinha falado.-----

----- Continuando, referiu que o Senhor Deputado não andava, nem poderia andar atento ao que se passava no concelho de Anadia, porque para ele tudo estava ilegal nessa terra. No



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entanto, adiantou que a verdade era que os projetos tinham sido aprovados pela Câmara Municipal, e naturalmente pela Comunidade Europeia, que não colocava problemas a essas situações, porque não poderia colocar, e muito mais.-----

----- Mas, além de saber que o Senhor Deputado reparava naquelas regras para Anadia, recordou, entretanto, o facto de o Senhor Deputado andar a pavimentar a rua do Museu do Vinho e a colocar aquilo que hoje lá estava. Então, perguntou se estava regulamentar, se não teria posto tudo fora dos regulamentos, chamando a atenção para o espaço que o muro do Museu do Vinho tinha entre a divisória, para além de outros casos concretos que disse que poderia apontar.-----

----- Perguntou, também, se seriam mais seguras aquelas estradas a caminho do atual Estádio Municipal, da Piscina, porque todas tinham sido do tempo do Senhor Deputado e não do seu tempo. E perguntou, ainda, se aquilo era realmente ordenamento e iluminação, quando entretanto o Senhor Deputado tinha levantado um problema de um contentor para o qual tinha sido aberto o buraco e encontradas infraestruturas, enfim, que não se compadeciam, provavelmente por culpa dos anteriores, porque não havia levantamentos. Declarou, então, não ser por culpa do Presidente da Câmara. Como não havia levantamentos, explicou que tudo tinha sido feito a pensar que estava bem, mas tinham chegado à conclusão que não poderia ser feito e teve de ser mudado. E comentou que mudar era humano, porque, explicou, não tinha sido por erro, mas por impossibilidade.-----

----- Entretanto, não deixou de referir que haveria muitas situações que poderia ali contestar, mas disse que não o iria fazer, porque não era isso que pretendia.-----

----- Quanto aos anadienses que o Senhor Deputado disse ter ouvido, apesar de não ter dito quantos, o Senhor Presidente referiu que ouvia, provavelmente, muitos mais do que ele. E, nesse âmbito, disse que só vinha levando elogios por se ter metido num tipo de obra daquela natureza. Não obstante, reconheceu não ser uma tarefa fácil, porque havia muitas vezes a apresentar cada uma a sua sugestão, e não sabia como havia de fazer. Mas declarou estar muito bem e que a Câmara Municipal assumia essa responsabilidade.-----

----- Sublinhou, entretanto, que o que estava em causa era a feitura das obras, não era apontar diversos casos que não se enquadravam minimamente naquele tipo, por se tratar de obras realizadas por administração direta, por se tratar de empreitadas, por se tratar de educação, por se tratar de cultura, pelo que havia, naturalmente, que discutir isso como vinha sendo discutido por todos os Senhores Deputados. Salientou, ainda, que não estava em causa qualquer problema, nem tinha qualquer receio, porque a sua responsabilidade não era nenhuma, na medida em que era algo que estava aprovado, com conceitos técnicos, que felizmente não eram os do Senhor Deputado Sidónio Simões, por razões que disse que voltaria a apresentar à Assembleia Municipal, para ver como se poderia criticar com justa causa, que não era o caso.-----

----- Portanto, disse ter muito pouco que dizer e haver questões que não tinha entendido, como era o caso de um estacionamento, que não sabia onde era nem o que era, mas que adiantou,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desde logo, que se estivesse mal, com certeza que a Câmara Municipal não teria intenção de prejudicar minimamente qualquer privado.-----

----- Passando a responder às interpelações do Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, e sobre a plataforma, esclareceu tratar-se de uma plataforma distrital que faz todo o enquadramento da organização a nível distrital e à qual a Câmara Municipal, por fazer parte da CIRA, pertence. Acrescentou, ainda, tratar-se da participação obrigatória da Câmara Municipal no Baixo Vouga.-----

----- Entretanto, deu a conhecer que lhe tinha sido garantido, agora, que independentemente das normas que houvesse, seria concedido à Câmara um período dito transitório para passar o PDM de Anadia. Sublinhou, assim, ter sido o que lhe disseram e que o deixava algo descansado. Era a última versão que tinha.-----

----- Disse, também, que poderia informar o Senhor Deputado que dos setenta e oito municípios, só quatro tinham a revisão do PDM aprovada, o que queria dizer, portanto, que ninguém tinha ligado nada a isso, porque entretanto havia um outro documento, chamado de PROT, que se sobrepunha aos PDM's. Deu, então, o exemplo ao Senhor Deputado do PDM de Vagos que tinha sido aprovado, mas que estava em contradição com o PROT, e já ia ter de entrar em revisão.-----

----- Concluiu, assim, ser aquela a situação em que andavam, em que os políticos só se preocupavam com a causa deles, e com o cidadão comum, com o desenvolvimento do país, no aspeto industrial, no aspeto comercial, no aspeto habitacional, até no aspeto rural, agrícola, ninguém se preocupava. Comentou, assim, tratar-se realmente um país onde os políticos teriam de parar para pensar a ver se alguma coisa ficaria melhor.-----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado passou a esclarecer dois assuntos. Primeiro, disse não ser verdade que não lhe interessava ver os projetos, mas saía de manhã e chegava à noite, e os projetos não tinham ido à Assembleia nem estavam disponíveis ao sábado e ao domingo, que era quando estava em Anadia.-----

----- Depois, disse que já tinha saído de Anadia há quinze anos, pelo que continuar a falar de uma coisa de há quinze anos parecia-lhe que já estava ultrapassado.-----

----- Depois, recordou que o "Borboleta" tinha sido feito por um projetista contratado pela Câmara e o Senhor Presidente, na altura, já fazia parte do Executivo, que era o Arquiteto Coelho da Rocha. Lembrou, então, que tinha sido o Arquiteto Coelho da Rocha, contratado pela Câmara para fazer o plano da Curia, quem tinha feito aquele projeto. Portanto, sublinhou não o Senhor Presidente da Câmara não o podia acusar de coisas que eu não tinha feito.-----

----- Depois, falou de outra coisa que disse que o Senhor Presidente dizia com alguma frequência. Esclareceu, primeiro, que o regulamento de segurança contra incêndios atual não existia à altura, portanto, as regras eram completamente diferentes, e a Câmara estava a fazer agora, com o regulamento existente agora.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Por outro lado, esclareceu que o QREN não aprovava projetos, aprovava financiamentos, aprovava o que estava em contas, não aprovava projetos, portanto, se o projeto estivesse mal, eles depois é que viriam buscar. Acrescentou, ainda, que lhe tinha acontecido recentemente, e só estava a chamar a atenção para isso em termos de colaboração, porque tinha tido um projeto agora, que por uma falha de projeto do técnico, o QREN tinha-o penalizado em dez por cento. Concluiu, referindo ser só por isso que tinha chamado a atenção, mas se não queria aceitar a colaboração, deixaria de a prestar.-----

----- No seguimento do direito de resposta exercido pelo Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para intervir.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que quando o projeto não era cumprido, também acontecia à Câmara de Anadia. Mas adiantou que a Câmara estava a cumprir o projeto.-----

----- Entretanto, referiu que se o projeto não respondia àquilo que o Senhor Deputado entendia que deveria responder, não era penalizado por isso, ficava uma obra feita. E disse, ainda, pensar que tanto os anadienses como os curienses ficariam contentes com as obras que lhe estavam a fazer.-----

----- Mas, antecipou que o seu problema não era esse, era que as obras que tinham sido feitas eram de uma multiplicidade, em termos de ação, extraordinária: eram os esgotos; eram as águas pluviais; era uma intervenção total. Acrescentou assim, que mexiam em tudo, como no caso da regeneração urbana em Anadia, e na Curia, que tinha implicado alteração de muitas situações em termos de infraestruturas. Portanto, esclareceu que tudo isso estava consignado no projeto da Câmara Municipal e tinha sido a única forma que encontraram financeiramente para resolver isso.-----

----- Sobre a questão do "Borboleta" e dos planos de pormenor sul da Curia, esclareceu que quando tinha chegado à Câmara tudo isso já existia, infelizmente. E acrescentou que já tinha sido ele a remodelar as ruas e a repavimentar, entre outras coisas.-----

----- Entretanto, comentou que como o Senhor Deputado já estava há muito tempo fora, não poderia ser acusado, mas acusa o Presidente da Câmara que não tinha estado na Câmara à altura. Mas adiantou que não queria acusar o Senhor Deputado, porque as pessoas sabiam quem era o Professor Litério em termos de dedicação à causa comum, e sabiam quem era o Engenheiro Sidónio em dedicação à causa do concelho de Anadia.-----

----- Referiu, então, que até a atuação do Senhor Deputado, em termos pessoais, em determinados lugares vinha sendo negativa, como na Zona Industrial de Amoreira da Gândara, e em vários sítios onde o Senhor Deputado se tinha apresentado, onde se viam claramente imagens dos Senhores Deputados do CDS na televisão, nas denúncias. Assim, referiu que os Senhores Deputados só tinham utilizado tentativas de anulação das atividades, ao aparecerem com elementos da GNR a mandar parar as obras. E concluiu que assim eram realmente Deputados com uma intenção extraordinária de procurar consensos, eram uns Deputados fora



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do habitual, que se estavam para trabalhar, diziam que estava mal e que só lhes tinha faltado dizer ao Senhor polícia para mandar prender o Presidente da Câmara.-----

----- Dando seguimento ao período de intervenções no âmbito do primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- Referindo-se às obras de requalificação urbana da cidade, o Senhor Deputado constatou que na Rua das Flores o paralelo da estrada já estava aos altos e baixos, pelo que considerou que o local deveria ser sinalizado e, ao mesmo tempo, deveria ser chamada a atenção do empreiteiro para a retificação do piso. Considerou, ainda, se não seria possível dar outro trajeto aos camiões que por lá passavam, porque se calhar o piso não teria condições para suportar as cargas desses camiões.-----

----- Sobre a elaboração da informação dos serviços sociais da Câmara Municipal de Anadia ao serviço externo, análise e avaliação das candidaturas de medida Fundo Social, pediu ao Senhor Presidente da Câmara para lhe explicar algo sobre esse ponto. Pediu, ainda, ao Senhor Presidente da Câmara para informar a Assembleia sobre o que tinha sido realizado no plenário extraordinário a pedido do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro de vinte e nove de março de dois mil e doze, uma vez que apesar de a Câmara ter assistentes sociais, até à data, os Deputados não tinham conhecimento disso, também.-----

----- Quanto ao desenvolvimento da Componente de Apoio à Família no pré-escolar, esclareceu que, quando antes tinha citado a Assembleia dos Alunos sobre a falta de refeição do leite ou da fruta em casa, não punha em causa que na refeição às crianças não fosse distribuída a fruta. O que dizia era que a Câmara Municipal deveria fiscalizar melhor, dar um apoio melhor com as professoras, sempre que as crianças que não recebessem pequeno-almoço em casa, que já eram muitas, a Câmara procedesse à entrega do pequeno-almoço a essas crianças, porque elas serão no futuro os cidadãos do amanhã. Portanto, reforçou que teriam de contar com aquela juventude para amanhã serem aquelas crianças os trabalhadores do concelho e do país, pelo que considerava que mereciam ser apoiadas.-----

----- Entretanto, disse pretender, também, dar o seu apoio e manifestar o seu regozijo à Câmara Municipal pela forma como o Velódromo estava a ter, de facto, o seu desenvolvimento e a sua atividade desportiva, pois que, ainda recentemente, no Torneio Europeu de Ginástica se tinha verificado que o Velódromo tinha estado superlotado com população de fora do país e também da grande maioria do país. No entanto, não deixou de referir que se tinham notado, de facto, algumas ausências da população do concelho, mas não seria por falta de apoio, talvez por não gostarem daquela prática desportiva. Portanto, considerou que o Velódromo estava a ter o caminho certo e, por isso, apresentou os seus sinceros parabéns.-----

----- A terminar, disse que também gostaria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal o esclarecesse de que constavam os processos judiciais número dezasseis, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, em que era autor o Ministério Público e réu a Câmara de Anadia, e tinha como contrainteressado o Banco Comercial Português e outros, assim como o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

processo número dezoito, que tinha como contrainteressado "Dia Portugal – Supermercados, S.A.", uma vez que a informação de que dispunham era relativamente vaga.-----

----- Para responder ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a situação que tinha ocorrido na Rua das Flores, explicou que a PT lá tinha feito um rasgo e, ao fazê-lo, tinha rompido uma conduta de água, que inundou toda aquela área e complicou a sua compactação. Por isso, lá tinham aquela situação, mas adiantou que dentro do possível estava sinalizada. Esclareceu, ainda, não se tratar de um problema de o piso não suportar o peso, até porque para a frente não existia qualquer problema, apenas naquela zona onde tinha rebentado a conduta. Concluiu, assim, que seria a empresa a ter de rever aquela situação e a repor a sua normalidade.-----

----- Quanto às candidaturas do apoio social, informou que estavam a correr com alguma frequência, havendo já entre vinte e sete e trinta candidaturas apoiadas. Acrescentou, no entanto, que os pedidos eram muito mais, mas teriam de se sujeitar às regras do próprio regulamento. Informou, ainda, que todas as candidaturas eram aprovadas em reunião do Executivo Municipal.-----

----- Sobre o plenário realizado a pedido do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro, deu a conhecer que tinha sido abordado o tema da emergência alimentar, e comentou que tinham falado de coisas bonitas mas para ao outros fazer. Reconheceu, entretanto, que apesar de Anadia não ser um caso extremo, também tinha problemas e, portanto, adiantou que quando eles estivessem disponíveis para intervir nesse tipo de emergência, a Câmara Municipal disponibilizar-se-ia, também, para colaborar. Ainda assim, considerou que tomar uma iniciativa daquelas não se justificaria à partida, porque, como saberiam, havia muita gente em Anadia ligada ao voluntariado que vinha, de forma pontual, apoiando, tendo-se revelado suficiente esse apoio. Acrescentou, ainda, que essas pessoas vinham tendo o apoio da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia, do próprio comércio local, mas esclareceu que o que era pretendido ali, e tinha sido discutido na base, era a chamada emergência alimentar.-----

----- Quanto às refeições das crianças, referiu que a Câmara Municipal não tinha condições, sem mais apoio estatal, da Direção Regional de Educação, ou do Ministério da Educação, ou até da própria Segurança Social, para lhes dar também o primeiro almoço. Disse, assim, ser uma questão lógica, por que motivo haveria a Câmara Municipal de substituir aqueles que tinham mais obrigação. Quando eles estivessem disponíveis, acrescentou, a Câmara de Anadia seria a primeira logo na área a implementar, em colaboração, como seria normal, o pequeno-almoço às crianças, até porque estava esperançado na melhoria da situação política, social, financeira, económica.-----

----- Quanto ao Velódromo, concordou que efetivamente naquele dia estava cheio. Não deixou de reconhecer que tinha mais gente de fora, mas, mesmo assim, disse que ainda lá estava muita gente da vizinhança do concelho de Anadia, só que se estivessem sozinhos, realmente,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- tinha de dar razão ao Senhor Deputado, seriam poucos.-----

----- Mas também concordou com o Senhor Deputado quanto ao facto de o Velódromo funcionar bem. O problema era outro, referiu. O problema estava em que o Estado, mais uma vez, estava a fugir às suas obrigações, porque tinha recebido uma percentagem para administração, que correspondia à parte que o Estado tinha de pagar, por se tratar de uma instalação nacional, mas os últimos a pagar (os socialistas) já não tinham pago tudo, tinham ficado a dever no convencimento de que deveriam ser os outros a pagar. Quanto a isso, disse não saber se caberia aos outros ou não pagar, de qualquer maneira, o que sabia era que nem de uns nem de outros tinha recebido. Desde que o novo governo tinha tomado posse, a Câmara nada tinha recebido, portanto, considerou que eles não podiam ser muito exigentes, a Câmara é que teria de continuar a ser exigente.-----

----- Relativamente aos processos judiciais que o Senhor Deputado tinha feito referência e que constavam no documento, esclareceu que funcionavam porque havia problemas no Tribunal Administrativo por causa da sua legalização. Quanto ao processo número dezoito, informou tratar-se do "Minipreço" que estava no Tribunal Administrativo porque a Câmara tinha legalizado aquela instalação, e podia fazê-lo, rematou. Mas como não tinha sido esse o entendimento de uma inspeção que tinha estado na Câmara Municipal, então tinha instaurado aquele processo e que se encontrava a decorrer.-----

----- Quanto ao processo número dezasseis, e a finalizar, esclareceu tratar-se de uma casa propriedade do Banco Comercial Português, casa essa que tinha crédito e esse Banco era contrainteressado, e que também era entendimento da IGAOT que tinha sido mal legalizada pela Câmara Municipal. Esclareceu, ainda, não se tratar de uma casa clandestina, assim como também o outro processo não, mas tratar-se de construções que no entendimento da inspeção estariam mal legalizadas, mas não do técnico, pelo que constituíam um problema processual.---

----- Decorridos os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal às questões apresentadas pelo Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Araújo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes naquela sua primeira intervenção da sessão, a Senhora Deputada começou por pedir desculpa de voltar ao assunto da ata, mas teria de o fazer. Primeiro, disse que queria lembrar aos Senhores Deputados do CDS para registarem bem o dia da reunião para comparecerem nela, porque ainda na última reunião de líderes que tinha havido, nenhum dos dois tinha comparecido.-----

----- Entretanto, e para deixarem de perder tempo com aquelas análises, com aqueles insultos, Disse que gostaria de dar um conselho aos Senhores Deputados, para que os dois aprendessem estenografia, que seria uma forma de registar no momento o que se passava na Assembleia e, assim, ser-lhes muito mais fácil de conferir o que tinham ou não dito.-----

----- A Senhora Deputada disse, também, para o Senhor Deputado não se esquecer que as palavras que tinha utilizado, como "adulteração", "deturpação" e "requite de malvadez", na



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sua ideia, eram aplicadas à pessoa que ouvia e transcrevia a ata. Assim, considerava ter sido um insulto muito grave à pessoa, ou ao funcionário da Câmara que fazia esse trabalho e, por isso, achava por bem que o Senhor Deputado começasse a pensar em se retratar, porque que o tinha dito, tinha.-----

----- Passando a falar do ponto em apreciação, e como nem tudo era mau, também havia coisas boas, começou por referir que grande parte do problema dos SMAS e das águas tinha a ver com as ruturas. Então, registou com agrado o facto de saber que ia havendo sempre substituições da rede para que as velhas deixassem de existir, assim como as obras, os Centros Escolares. Apesar de saber que toda a gente sabia ler, disse que também era bom lembrar que se faziam coisas boas, não se faziam só falta de coisas, também se faziam coisas.-----

----- Entretanto, disse pretender, também, dar parabéns ao Velódromo, pelas atividades que lá eram desenvolvidas, como vinha testemunhando, nomeadamente a ginástica, que tinha sido muito interessante. Acrescentou, ainda, que a atividade que lá se fazia era muito importante para tirar da cabeça dos munícipes, como na altura aconteceu, aquela ideia do tal elefante branco.-----

----- A finalizar, disse pretender, também, falar nos processos, mas já estava esclarecida com o tinha sido dito sobre o assunto.-----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular que completou a intervenção que a seguir se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Face às palavras da colega Deputada do PSD, efetivamente aproveito a oportunidade para exercer o direito que não exerci há pouco, que acaba por ser contemplado nesta excelente intervenção da minha colega do PSD.-----

----- Aproveito para dizer que devia ter sido dado o exercício do contraditório, a defesa da honra e o direito de resposta ao meu colega Dino Rasga que não foi dado.-----

----- Efetivamente, o que me move, e o que move o CDS-Partido Popular, e é isso que incomoda o partido único que está no poder, é o único interesse que temos é a defesa do município e dos interesses dos munícipes. Pelo que, as palavras insultuosas que vieram do Deputado Dino Rasga, como indecorosas, por exemplo, saturar um pouco, que insulta, que saiu a meio de um discurso ou intervenção, salvo erro, na Assembleia Municipal de vinte e cinco de abril, isto é tudo falso. Isto são tudo argumentações de quem não tem mais nada para dizer e, em vez de exercer o tempo que tem a defender os munícipes, utiliza o tempo que tem a defender os seus amigos do poder.-----

----- Portanto, relativamente ao ponto concreto, não retiramos uma palavra daquilo que foi dito. A ata efetivamente é manobrada, é colocada com aconchegos gramaticais para conseguir influenciar negativamente a opinião pública que depois a vai ler. Não se retira uma palavra relativamente a isso, salvo o devido respeito que tenho pelo trabalho que é exercido pela pessoa que executa a ata. Com todo o respeito que temos pela pessoa que executa a ata, porque deve ter muito trabalho efetivamente a fazê-la. E queria deixar essa nota, porque nós



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não estamos contra os técnicos, estamos contra determinadas práticas antidemocráticas que são exercidas nesta casa que deveria ser mais democrática e não é.”-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal reiterou que deixaria para a gravação a retribuição ao que o Senhor Deputado tinha dito, e depois veriam quem tinha razão.-----

----- Não tendo havido qualquer outro pedido de intervenção naquele período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu esse período por encerrado e, conseqüentemente, o ponto um da ordem do dia.-----

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto dois da ordem do dia, “*Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e onze, bem como apreciação do respetivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA*”, após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à introdução daquele segundo ponto da ordem do dia.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu tratar-se de um documento muito extenso, pelo que se fossem a discutir com tanto pormenor o menos essencial, provavelmente, nem no dia seguinte dali sairiam. Explicou, assim, que dizia aquilo por considerar que as contas estavam expressas de uma forma simples, com os respetivos gráficos, resumos, onde efetivamente se verificava uma coisa importante: a execução. Constatou, então, que a execução tinha melhorado em relação aos anos anteriores, pelo que adiantou que isso serviria, portanto, de mote a toda uma discussão que efetivamente só competia fazer aos Senhores Deputados, e disponibilizou-se para, sempre que soubesse, dar os esclarecimentos que houvesse para dar e que pudesse dar.-----

----- Portanto, e por considerar que a apresentação, se fosse ponto por ponto, seria exaustiva, e por considerar, também, tratar-se, acima de tudo, da análise política de um documento e não prioritariamente, dos números, porque efetivamente esses tinham por base uma opção política e tinham de refletir essa mesma opção com verdade, que era isso que pensava que as contas do Município assim mostravam, disse que se fosse o entendimento do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteriam o documento à discussão na sua globalidade.-----

----- Submetendo, então, o documento à discussão dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para uma primeira intervenção naquele período de discussão, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado começou por declarar que a posição do Partido Socialista sobre as contas do exercício de dois mil e onze correspondia àquela que os Vereadores do Partido Socialista já tinham transmitido na reunião da Câmara.-----

----- Esclareceu, então, tratar-se de uma apreciação política, e adiantou que era precisamente ao nível das prioridades políticas que o Grupo Municipal do PS vinha estando em desacordo com a maioria do PSD. Referiu, assim, que vinham defendendo, tanto nas sessões da Assembleia



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal, como até mesmo nos tempos eleitorais nas campanhas eleitorais, prioridades diferentes e verificavam que, mais uma vez, havia verbas muito insuficientes em determinadas rubricas, por exemplo, no saneamento, nos parques industriais, proteção do meio ambiente, ação social e cultura, que para os Deputados do PS eram prioritárias, no sentido de resolver, colmatar graves carências que se verificavam e afetavam a população do concelho.-----

----- Entretanto, referiu que nos últimos orçamentos, os Deputados do Grupo Municipal do PS verificavam que a Câmara Municipal de Anadia tinha feito alguma aproximação a essas suas prioridades, reforçando verbas, designadamente nos domínios do saneamento e dos parques industriais. E, portanto, concluiu que a Câmara Municipal tinha criado uma boa expectativa que levou a um voto, que em vez de ser de oposição, tinha sido um voto de abstenção.-----

----- Todavia, disse que no exercício que estavam a analisar, de dois mil e onze, precisamente naqueles dois exemplos do saneamento e dos parques industriais, aos quais os Deputados do PS vinham dando muita importância, as taxas de execução tinham sido decepcionantes, de vinte e nove por cento e de catorze por cento nessas rubricas. E, portanto, declarou que aquele era o conjunto de razões que não lhes permitia dar nota positiva àquela prestação de contas.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:-----

----- "Queria começar por dizer que da análise do relatório de prestação de contas de dois mil e onze, além do erro constante da página quatro, relativamente a dois mil e nove, que depois se reflete no ano seguinte, portanto, o total da receita no ano dois mil e nove não foi de dezasseis milhões, mas foi de vinte e dois milhões, basta compararmos com o Quadro dois quatro da página oito para ver vinte e um cento e quarenta e nove menos dezasseis, nunca podia dar novecentos e cinquenta a transitar para o ano seguinte. Portanto, há aqui um erro de uns milhões só. Portanto, o que quer dizer que já não permite fazer a análise de dois mil e nove, dois mil e dez e dois mil e onze, limitamo-nos a fazer a análise entre dois mil e dez e dois mil e onze, porque todos os quadros relativos a dois mil e nove estão errados. E é fácil verificar porque em dois mil e dez somam as receitas de capital, o saldo da gerência anterior e as receitas correntes, e em dois mil e nove não somam o saldo da gerência anterior, e em dois mil e dez e dois mil e onze somam, portanto, isto nunca daria certo. Por mais que eu tente chegar não é possível, porque há uma diferença só de cinco milhões, trezentos e sessenta e oito mil euros, portanto, dois mil e nove não é comparável com ano nenhum dos outros.-----

----- Depois disso, o nível de execução global também, que é apresentado na página sessenta e oito do documento, não é de vinte e um vírgula oito, mas é de vinte vírgula zero nove, portanto, há aí um erro de contas. Isto basta ir ao excel, é dividir um pelo outro, portanto, a diferença não é muito grande, que é o que corresponde, efetivamente, à execução GOP de oito milhões, cento e quarenta e nove, dos plurianuais previstos de quarenta milhões quinhentos e tal, é só fazer a divisão, dá vinte milhões, não dá vinte e um.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Esta previsão de quarenta milhões foi só para dizer aos jornais que tínhamos um grande orçamento, porque, depois, o orçamento efetivo para o ano de dois mil e onze foi de dezasseis milhões, quatrocentos e sessenta e poucos mil euros, dos quais só foram executados os oito milhões cento e quarenta e nove. Portanto, menos de cinquenta por cento. O que quer dizer que a execução relativamente a dois mil e onze ficou abaixo dos cinquenta por cento, quarenta e nove vírgula quatro qualquer coisa, ou quatro cinco, ou quatro nove, como quiserem. Isto por quê? Dos vinte e dois programas inscritos nas GOP, em dois mil e onze, treze tiveram execução inferior a cinquenta por cento, e destas, quatro tiveram mesmo execução de zero por cento, sendo que só nove é que tiveram cinquenta por cento, ou superior, de execução.-----

----- Dos programas que tiveram zero por cento de execução, eu destacava só a Saúde e a Habitação Social, o que quer dizer que temos uma forte componente social, ligamos muito à habitação social. Quando toda a gente que está a perder habitação, nós não conseguimos produzir habitação para tentar ajudar essas pessoas. Porque são aquelas que em períodos de crise mais refletem as preocupações dos munícipes.-----

----- Naquelas que têm execução ainda inferior a cinquenta por cento, eu acho que há aqui duas ou três que são extremamente importantes. Uma delas, o Saneamento, que é a bandeira de glória deste Executivo, e tem sido, o Senhor Presidente tem dito isso com frequência, é a prioridade da Câmara, e se nós tivermos em consideração o executado do ano, são vinte e oito vírgula oitenta e um por cento. Não conseguimos, sequer, chegar a cinquenta por cento.-----

----- Proteção do Meio Ambiente, doze vírgula três por cento, que é uma preocupação que temos grande, e Indústria e Energia, catorze vírgula cinquenta e seis por cento, portanto, a criar riqueza também vamos lá com força. Isto em relação ao nível de execução anual, porque se tivermos em consideração o nível de execução global, os valores passam sensivelmente para metade. Ora, estes indicadores são importantes para indicar a qualidade de vida e a riqueza do município.-----

----- No Abastecimento de Água, embora se tenham executado sessenta e nove vírgula cinco por cento, depois quando cruzamos este documento com o documento das águas, verificamos que houve duas mil e não sei quantas reparações de ruturas, o que quer dizer que o investimento é pouco para suprir as deficiências da rede.-----

----- Ora, estes resultados acabam por significar que os documentos apresentados são meros exercícios de ilusão financeira, para jornal publicar e os menos atentos deixarem-se levar na conversa que não é transparente. Porque não é. Nós temos um valor de dezasseis milhões que é o que prometemos fazer e depois vamos fazer oito milhões.-----

----- As contas públicas devem ser equilibradas e, nisso, equilibrado está. Cobrir os investimentos necessários à satisfação básica das competências dos municípios e das atribuições das autarquias locais. É claro, qualquer cidadão minimamente atento e informado, sabe que as autarquias locais não visam o lucro.-----

----- Ora, ao apresentar o relatório aqui proposto, de um resultado líquido de quinhentos e dez milhões, com taxas de execução, já anteriormente referidas, tão baixas, o Executivo Municipal



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não só frustrou as expectativas dos munícipes, como resultante do aumento da receita que houve de impostos diretos, de impostos provenientes da administração, e um bocadinho, pondo de lado o que nós temos defendido, e inclusivamente o PS defendeu, também, na redução dos impostos, ora, para que é que nós temos o lucro se podemos beneficiar os munícipes? Podíamos ter reduzido os impostos. Por que não reduzir a derrama para facilitar a entrada de mais empresas? Por que não reduzir o IRS? Não me parece lógico estar aqui a apresentar lucro e depois dizer que temos de cobrar os impostos no máximo. Não tem lógica. E na coleta de IRC, inclusivamente.-----

----- Sempre que nós fazemos uma proposta de redução de impostos, o Senhor Presidente diz sempre que não é possível, porque precisa do dinheiro. Precisa do dinheiro para dar lucro? Nós estamos aqui para satisfazer o bem da comunidade, o bem dos munícipes, ou estamos aqui para dar lucro? Não é esse o princípio da autarquia.-----

----- Portanto, os custos da Câmara não correspondem claramente à realidade, e os saldos positivos e ditos lucros que se pretendem aqui transparecer, não passam de uma ficção contabilística, tendo em conta tudo o que se vier a dizer sobre lucros, não passa de publicidade político-propagandista, porque não há lucro efetivamente. Pelo que, na minha opinião, e minha opinião, não podemos votar favoravelmente este orçamento.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado começou por recordar que já em dois mil e dez tinham referido, na mesma altura, que criticavam a falta de visão estratégica do concelho para um verdadeiro desenvolvimento económico, ao que disse acrescentar que, para além de haver essa falta de visão e planeamento, a gestão encontrava-se subordinada ao ciclo eleitoral.-----

----- Passando ao comentário ao documento, o Senhor Deputado constatou ter havido um exercício extremamente interessante das taxas de crescimento das despesas de capital, e constatou, também, que em anos de eleições havia um aumento exponencial, e em anos seguintes havia cortes, nomeadamente, de dois mil e nove até dois mil e onze, com um corte sensivelmente na ordem dos quarenta e cinco por cento. Referiu, ainda, que o que acontecia era que uma gestão subordinada ao ciclo eleitoral, não só impedia um verdadeiro planeamento industrial, nomeadamente industrial, como também um verdadeiro planeamento a nível de turismo, cultura e meio ambiente.-----

----- Constatou, igualmente, que nas GOP as dotações para o meio ambiente e turismo eram tão baixas que se encontravam na ordem dos zero por cento, para a cultura três por cento e para indústria e energia dois por cento. Disse, ainda, como já por diversas vezes o Partido Socialista tinha referido, que as dotações para essas áreas eram baixas, como também as suas taxas de execução, em termos médios, se situavam na ordem dos catorze por cento.-----

----- Assim, declarou verificarem, então, que ao longo dos anos Anadia vinha perdendo o seu posicionamento face aos concelhos vizinhos, de ano para ano mantinha-se constante, apesar de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não dizerem regredir porque nem tudo eram más notícias. No entanto, disse que a verdade era que os outros concelhos se tinham desenvolvido, estavam melhor, e Anadia tinha perdido um pouco o seu terreno, que tinha já há bastantes anos.-----

----- Então, disse que os Deputados do Grupo Municipal do PS perguntavam para quando uma maior aposta em espaços de socialização, nomeadamente jardins públicos, parques infantis, onde as pessoas pudessem conviver e tornar a cidade de Anadia mais apetecível. Perguntavam, também, para quando uma verdadeira zona industrial, como por exemplo tinha sido proposto, em ano de eleições, pelo Partido Socialista, uma ampliação da zona industrial de Alféloas, com vista a atrair mais empresas, intensivas em capital, que pudessem contribuir para a criação de riqueza neste concelho. E, nomeadamente, como também já tinha referido o Senhor Deputado Sidónio Simões, e por outros Deputados, perguntavam por que não uma baixa de derrama, já que a Câmara tinha saldo positivo, como também já tinha sido por diversas vezes proposto, e sempre foi bandeira do Partido Socialista, para atrair o investimento.-----

----- Em suma, declarou ser um pouco aquela apatia, e um pouco aquela falta de visão em termos de política industrial para o concelho, que levava a que o voto do Partido Socialista fosse contra aquela prestação de contas.-----

----- Dando seguimento ao período de intervenções dos Senhores Deputados no âmbito da discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado disse pretender apenas dar uma achega ao documento. Propôs, assim, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a juntar aos gráficos, que até ilustravam bem a execução, começasse a pôr umas fotografias das obras, porque quando ouvia a oposição a falar, até pensava que deveria viver num outro concelho. Quando toda a gente se queixava que a Câmara não fazia nada, disse não ver nenhum concelho, nem vizinho, nem sem ser vizinho, com as obras que o concelho de Anadia tinha. E, a terminar, deixou um desafio para que alguém lhe apresentasse algum concelho da região, ou de outra, que tivesse, no momento que todos viviam, a ambição e a capacidade para fazer as obras que estavam a ser feitas.-----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado, no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Rafael Timóteo, esclareceu que a crítica não era se havia ou não obras, se a Câmara fazia ou não obras, a crítica era política, era sobre opções políticas, com as quais o Partido Socialista não concordava, e sobre as quais já por diversas vezes tinha proposto alternativas. Portanto, sublinhou não estar a dizer que o concelho estava parado, bem a dizer que não havia obras que fossem feitas. A questão era, concluiu, que não havia uma verdadeira aposta nas áreas que o Partido Socialista considerava fundamentais para um aumento da criação de riqueza e uma melhoria do bem-estar.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Em posse da palavra, o Senhor Deputado começou por referir que da análise do documento da aprovação de contas, verificou ter havido, de facto, um aumento da execução do plano de dois mil e onze, mas não deixou de sublinhar que teriam de ter em conta os projetos cofinanciados pela Comunidade Europeia, nomeadamente a construção de Parques Escolares e redes de ETAR's, bem como a Regeneração Urbana de Anadia.-----

----- Recordando a altura da aprovação do documento em que o Senhor Presidente da Câmara tinha trazido o Senhor Secretário de Estado, declarou contrariar a explicação dada à altura pelo Senhor Secretário de Estado, quando dizia ser contra as obras despesistas. Explicou, assim, que o Senhor Secretário de Estado era muito jovem e pensava que seria reduzindo a construção de obras que se combateria o desemprego. Adiantou, então que não era dessa forma, e que era preciso combater o desemprego, que era preciso aproveitar a mão-de-obra que estava a usufruir vencimento, a destruir a Segurança Social, e ocupar as pessoas e pôr o empreendedorismo dos empresários na região.-----

----- Nesse aspeto, disse que dava um louvor ao Senhor Presidente da Câmara de Anadia pela forma como tinha adquirido os Fundos Comunitários e os tinha sabido aplicar para combater o desemprego na região, bem como em algumas empresas da região, concluindo que se obras como aquelas não se realizassem, então seria o desastre final.-----

----- Entretanto, constatou, também, que a Câmara Municipal apresentava realmente um saldo positivo, mas salvaguardou que tinham de ter em conta o processo sumário que decorria em Aveiro, instaurado pela empresa "Alberto Couto Alves" contra a Câmara, por obras realizadas no Velódromo. E como já tinha ouvido, naquela sala, por várias vezes, o Senhor Presidente da Câmara dizer que estava tudo pago, pediu ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer se aquela empresa se estaria a candidatar a um crédito, e por que razão, quando as obras estavam todas pagas. Referiu, ainda, que a verba implicada, de quase um milhão e novecentos mil euros, mais os juros, ultrapassava o saldo da Câmara, portanto, concluiu que a Câmara deixaria de ter saldo se tivesse de pagar aquela dívida.-----

----- Continuando, e considerando a possibilidade de a Câmara ganhar o processo, sem ter de pagar nada, perguntou por que motivo não tinha sido reduzido o défice dos empréstimos, ou não tinha sido amortizada parte dos empréstimos que a Câmara Municipal devia à banca, quando tinha apenas pago os juros e tinha uma dívida à banca, em empréstimos, de quase sete milhões de euros, para além de um outro pedido que tinha sido feito à Caixa de Crédito e que ainda não tinha sido utilizado.-----

----- Portanto, concluiu que a Câmara partia, de facto, para o ano dois mil e doze com uma bolsa mais ou menos saudável, nas intenções da Câmara. Mas adiantou que para o PCP não seria bem assim, por existirem dívidas à banca.-----

----- A terminar, constatou, também, que as despesas com o pessoal pouco ou nada tinham reduzido, mantinham-se. E, nessa perspetiva, pediu ao Senhor Presidente da Câmara para que, numa primeira resposta, lhe explicasse aquela sua observação.-----

----- No seguimento das intervenções efetuadas pelos Senhores Deputados, o Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- Começando por responder ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, e pela forma como o Senhor Deputado tinha abeirado o problema das contas, reconheceu que, se pensassem bem, não havia muito dinheiro, apesar de muita gente dizer que havia todas aquelas verbas. No entanto, esclareceu que essas verbas tinham razão para lá estar, porque a Câmara não estragava o dinheiro, tinha o dinheiro, poderia decidir gastá-lo, mas ficaria menos equilibrada financeiramente. Explicou, ainda, que isso seria muito fácil se o dinheiro fosse da Câmara, mas como poderiam reparar nas contas, o dinheiro era quase todo das grandes obras, era quase todo de Fundos Comunitários, e dispunha dele em candidaturas aprovadas e outras que ainda não estavam aprovadas, mas que pensava estarem em vias disso.-----

----- Portanto, destacou que não se poderia dizer que a execução era pequena, porque se quisesse, de qualquer maneira, executar muito, fazia uso dos três milhões e tal de euros que sobravam, e a execução alterava logo, mas não o tinha gasto, porque estava lá. Ainda assim, disse que percebia a crítica da oposição, mas acrescentou que também deveriam aceitar a sua opinião.-----

----- Explicou, entretanto, que poderia ter, como tinha dito o Senhor Deputado Sidónio Simões e era verdade, cortes de cinco ou dez por cento nos Fundos, por algum incumprimento da parte do empreiteiro, ou por alguma falha da Câmara, até. E aí, se não tivesse onde pôr a mão, seria complicado. Entretanto, e servindo também de resposta ao Senhor Deputado João Morais, relativamente ao que tinha dito quanto ao facto de a Câmara ter dinheiro e não pagar o que devia, lembrou que o governo, por a Câmara ter dinheiro, não a autorizavam a pedi-lo, e autorizavam a quem não tinha e a quem devia números fabulosos, não iria pôr o dinheiro da Câmara, e de todos, ao dispor das Câmaras que tinham gasto.-----

----- Esclareceu, também, que a Câmara de Anadia não era para dar lucro e não tinha lucro algum, a Câmara de Anadia geria, sim, e concordou com o Senhor Deputado Tiago Coelho, quando dizia que em anos de eleições havia um aumento das despesas de capital. No entanto, perguntou ao Senhor Deputado se o via a guardar dinheiro para o ano seguinte, que seria de eleições, apesar de já não ser candidato à Câmara. Esclareceu, então, que com ele isso não servia e adiantou estar a falar ao Senhor Deputado Tiago Coelho com a mesma cordialidade com que o Senhor Deputado lhe tinha falado.-----

----- Entretanto, disse concordar com a opinião do Senhor Deputado Cardoso Leal, de que os elementos do PS fariam mais, ainda que com a ressalva de que só poderiam ver quando estivessem no lugar onde ele se encontrava. Não obstante, manifestou o seu desejo de ver os Socialistas irem no poder, porque tinha boa recordação de quando lá estavam e irem pagando o Velódromo, apesar de lhe terem ficado a dever dois milhões e tal.-----

----- Sublinhou, então, que a sua gestão era de total equilíbrio, para poder apoiar, por exemplo, um Presidente de Junta quando necessário fosse e acrescentou que não estaria disposto a dar o dinheiro aos Bancos, ou a gastar só por ter dinheiro, porque, assim, não saberia onde chegaria



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a situação da Câmara.-----

----- Reiterou, entretanto, estar de acordo com o Senhor Deputado Cardoso Leal, quando dizia que fazia diferente, porque se ele próprio estivesse do lado dos Senhores Deputados do PS, provavelmente também não votaria favoravelmente as contas. Ainda assim, disse que os Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS deveriam ser mais objetivos e dizer concretamente o que fariam, que até seriam ouvidos pela maioria, e por ele próprio.-----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, disse tratar-se de uma interpretação dos números que respeitava, mas não deixou de salientar que o trabalho da Câmara não era ficção, porque até tinha um auditor e, portanto, com certeza que detetaria todos aqueles erros que o Senhor Deputado tinha apontado. Considerou, ainda, que a ficção deveria ser do Senhor Deputado, porque ocupava o lugar de oposição, e apesar de nada ter contra ele, ou contra essa oposição, não acreditava nos números que tinha apresentado, porque até parecia haver só enganos, e um engano de cinco milhões era muito dinheiro, pelo que não acreditava. Não obstante, não deixou de referir que se o Senhor Deputado conseguisse provar tudo aquilo, a maioria aceitaria.-----

----- Sobre a observação do Senhor Deputado Tiago Coelho, quanto à taxa de execução ser inferior a quarenta e cinco por cento, comentou que voltariam ao problema de ter ou não ter, porque a Câmara tinha executado quarenta e cinco por cento e ainda guardou algum dinheiro para assumir e cumprir os seus compromissos, já o Partido Socialista, quando no Governo, não tinha estado com meias medidas, gastou muito e agora, se não viesse a Troika, nem dinheiro haveria para pagar aos funcionários.-----

----- Sublinhou, então, que a Câmara Municipal de Anadia era ao contrário. Não era de privar os seus funcionários, ou a sua população de obras, como já tinha sido dito, e bem, pelo Senhor Deputado Rafael Timóteo. E aproveitando para responder à intervenção do Senhor Deputado Rafael Timóteo, disse não ter mais comentários a fazer que não dizer que a oposição não era cega, não queria era ver.-----

----- Para o Senhor Deputado Tiago Coelho, declarou que não poderia fazer aquilo que queriam, se não estaria, de certa maneira, a frustrar todos aqueles que colaboravam e estavam na sua força política. Declarou, ainda, que seria injusto da sua parte, e não duraria muito tempo a solidariedade, se os abandonasse e fosse para o lado da oposição.-----

----- Entretanto, e sobre o que o Senhor Deputado Tiago Coelho lhe tinha falado relativamente à redução de certas obras que poderiam apontar, disse que a maioria também lhes poderia fazer a vontade, e dar uma maior percentagem para a cultura e para o ambiente. Poderia reduzir as obras em cinquenta por cento e gastar na cultura, só que disse que os Senhores Deputados do PS lhe teriam de indicar onde, porque não era só dizer reduzam, porque três, ou quatro, ou cinco por cento do bolo de um orçamento representava muito dinheiro. Adiantou, ainda, que reduzindo a percentagem de obras, por exemplo, sobraria muito porque eram as obras que levavam a maior parte do dinheiro. Deixou, assim, um desafio aos Senhores Deputados do PS, para que o ajudassem a gastar o dinheiro na cultura.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Continuando, não deixou de considerar que a cultura era respeitada, assim como a educação, pelo que não sabia que mais fazer. E se realmente consideravam que a Câmara Municipal deveria investir mais em cultura, perguntou por que razão da maior parte das vezes que a Câmara promovia festas, feiras, simpósios, não ia ninguém, ou por ser domingo e as pessoas iam ao futebol, ou por ser verão e iam para a praia, ou por ser dia de semana e estavam cansados porque tinham de ir trabalhar ao outro dia.-----

----- Referiu, entretanto, compreender que seria impossível conseguir reunir grandes massas numa população de aproximadamente trinta mil habitantes. Mas também não deixou de referir que se o concelho tiver boas zonas industriais, boas zonas desportivas, boas zonas culturais, boas zonas por todo o lado, não tivessem dúvidas que muito mais gente viria para o concelho. Aproveitou, assim, para dar a conhecer que, ao contrário do que diziam que o município não era solicitado, havia entretanto uma entidade privada que pretendia fazer uma obra para se instalar com mais uma modalidade desportiva, o *kickboxing*.-----

----- Entretanto, e sobre o que era dito quanto a não haver investimento industrial no concelho, convidou as pessoas a ir visitar a zona industrial de Vilarinho do Bairro, a célebre zona que alguém, se pudesse, tinha anulado, e que a Câmara ganhou em todos os setores jurídicos, inclusivamente com a Direção-Geral de Florestas.-----

----- Continuando, e contrariando também as críticas de que a Câmara Municipal de Anadia não se propunha, de maneira nenhuma, a apoiar o tecido industrial, deu a conhecer que tinha proposto em reunião do Executivo Municipal, e tinha sido aprovada, uma redução em cinquenta por cento dos preços nas zonas industriais, uma medida clara para apoiar o investidor. Não deixou, no entanto, de sublinhar o facto de a proposta ter sido aprovada por unanimidade, o que demonstrava que o Executivo trabalhava em solidariedade e em prol do desenvolvimento do concelho.-----

----- Sobre a questão da Zona Industrial de Alféguas, recordou que lá havia um loteamento promovido por um privado, e perguntou quantos lotes tinha vendido ao fim de tantos anos. No entanto, informou que a Câmara já estava a pagar a iluminação pública, porque já tinham passado cinco anos e a responsabilidade tinha passado para a Câmara. Então, perguntou se o problema seria mesmo a falta de zonas industriais, ou se não seria, como adiantou ser a sua opinião, a falta de uma acessibilidade à autoestrada, porque tinham a A-32, mas o atual Governo meteu na gaveta.-----

----- Informou, então, que o que queria era o acesso e, nesse sentido, tinha dado indicações para ser inserido na planta do PDM o acesso à autoestrada, enquanto não havia decisão sobre a A trinta e dois. Para tal, informou ser necessário fazer entretanto um reajustamento na planta para reativar o acesso, ou o novo projeto, à autoestrada.-----

----- Explicou, então, que era isso que Anadia precisava, o seu desenvolvimento passava pelos investidores que tinham de vir de fora, de longe, estrangeiros, inclusivamente, e que chegarem a Anadia não podiam deparar-se com toda a complicação de uma Estrada Nacional número um completamente superlotada, ou de uma variante de Sangalhos, que comentou que também não



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- tinha sido muito feliz, por não ter a largura adequada.-----

----- Portanto, disse que a ideia do Senhor Deputado Tiago Coelho estava correta, porque pensava que lhe tinha dito aquilo para o desafiar, para o espicaçar e dizer para andar para a frente, que seria capaz. Referiu, então, ser esse o sentimento positivo que tinha pela juventude, porque havia pessoas que já tinham idade para ter educação e não a tinham. Portanto, agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Tiago Coelho, porque apesar de discordar da sua forma de ação, o que era legítimo, em democracia era isso mesmo que se passava, discordavam uns dos outros, mas chegava a altura em que tinham de concordar todos para ver se faziam alguma coisa.-----

----- Respondendo, entretanto, às interpelações feitas pelo Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Câmara Municipal reconheceu ter havido realmente aumento da execução, pelas contas da Câmara Municipal, ainda que pelas contas de outros não tivesse sido assim. No entanto, eram análises dos números que teriam de respeitar.-----

----- Entretanto, disse que o Senhor Deputado tinha falado de algo que também o preocupava, o desemprego. Relembrou, então, que o Ministério da Educação tinha mandado parar as obras da Escola Básica e Secundária de Anadia, que teriam de ser reiniciadas, mas questionava, no entanto, quanto aquela paragem não iria custar ao Estado, porque, como adiantou, não acreditava muito que tivesse sido aquela escola a contribuir para o resvalo de trezentos ou quatrocentos por cento, e também acreditava pouco naqueles números.-----

----- Referiu, ainda, que a Câmara Municipal vinha pugnando por manter muito trabalho, bastava ver os trabalhadores que andavam pelas várias localidades do concelho, para ver o emprego que a Câmara dava atualmente. Apesar de se tratar de empresas privadas, referiu, também, que a Câmara não seria capaz de fazer isso por administração direta, nem teria pessoal para o fazer.-----

----- Portanto, constatou que com a paragem das obras naquela escola, tinham sido quinhentas pessoas a deixar de trabalhar ali, mas também muitas outras pessoas tinham ficado penalizadas a partir da altura em que as obras pararam, nomeadamente empresas de restauração, a parte comercial, o aluguer de casas, quartos. Comentou, assim, ser essa uma questão que as pessoas deveriam ver, mas que não viam.-----

----- Sobre a afirmação do Senhor Deputado João Morais de que tudo estava pago, e relativamente à "ACA", o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que essa tinha sido a empresa que tinha construído o Velódromo e adiantou que, na sua opinião, ao Tribunal era-lhe reservado, e de uma forma categórica, o direito de decidir. Aproveitou para constatar que o problema estava no facto de que muitas empresas, no passado, arranjavam toda uma artimanha para aparecer obras a mais, mas esclareceu que o lema da Câmara de Anadia era o de não haver obras a mais, e assim vinha fazendo.-----

----- No caso particular, esclareceu que a Câmara tinha pago e nada devia, mas a empresa entendia que a Câmara devia. Reafirmando que a Câmara não devia, não deixou de referir que se o Tribunal decidisse que a Câmara teria de pagar à empresa, a Câmara iria pensar nisso. Não



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obstante, disse que serem gastos a mais numa obra perto de dois milhões de contos, era algo que teria de ser muito bem explicado aos Tribunais.-----

----- Para concluir a explicação, disse ter-se tratado de um concurso legal, no qual tinha ganho a empresa que tinha apresentado o mais baixo preço, e que tinha havido uma prorrogação de prazo, que a Câmara decidiu que seria graciosa, mas que a empresa não entendia ser assim. Portanto, disse tratar-se de uma questão que o Tribunal iria resolver, adiantando, no entanto, que a Câmara estava convencida que não iria pagar nada, todavia, aguardava a decisão do Tribunal.-----

----- Esclareceu, entretanto, o Senhor Deputado João Morais que a Câmara iria cumprir as cláusulas que tinham sido previamente definidas nos empréstimos, porque se liquidasse tudo, deixava de pagar os empréstimos e não poderia, de futuro, pedir um novo empréstimo quando tinha pago o que devia. Acrescentou, assim, que a ideia do Senhor Deputado não seria boa gestão e, ainda que fosse, também não a fazia.-----

----- Relativamente à despesa com pessoal, que o Senhor Deputado tinha dito que se mantinha, o Senhor Presidente da Câmara Municipal confirmou que efetivamente se tinha mantido, mas acrescentou que o Senhor Deputado teria de reconhecer, e disse pretender deixar bem esclarecido, que a Câmara, atualmente, tinha Biblioteca, tinha Piscinas, tinha Cineteatro, tinha Velódromo, e honestamente precisava de mais pessoal. No entanto, antecipou que o pessoal iria diminuir cada vez mais, pelo facto de a Câmara se encontrar sujeita à regra da não admissão, e também à norma de que por cada três trabalhadores que saíssem, só poderia entrar um.-----

----- Portanto, constatou que as Câmaras prestavam um serviço cada vez mais deficiente. Falou, ainda, que o grande problema estava no facto de o Estado reter o décimo terceiro mês e o subsídio de férias aos trabalhadores e determinar que a Câmara nada poderia fazer com esse dinheiro, que não pagar dívidas, em clara proteção ao banco, nomeadamente dívidas a fornecedores, a empreiteiros. No entanto, referiu que a Câmara Municipal de Anadia, felizmente, não tinha nada disso e o dinheiro iria ficar na Câmara, que não era tão pouco assim, que até constava da revisão que iria ser apreciada mais à frente, antecipou.-----

----- Antes de terminar, explicou que tudo aquilo dava para os Senhores Deputados verem que o dinheiro não era manobrado à maneira da Câmara Municipal, e demais a mais, com a Lei dos Compromissos, que adiantou que seria mau. Por isso, referiu que com o dinheiro que diziam que a Câmara tinha de sobra, poderia assumir muitos compromissos, muitas obras, porque estava do lado da Câmara. Se não estivesse, a Câmara paralisava como as outras.-----

----- Concluiu, declarando que tudo aquilo tinha sido cuidadosamente analisado para que a Câmara de Anadia pudesse sobreviver naqueles anos, que ainda iriam ser bastantes, de crise. Era uma gestão relativamente à qual aceitava as críticas e assumia a responsabilidade dessa gestão.-----

----- Concluídos os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que referiu o que a seguir se tenta



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

transcrever na íntegra:-----
----- "O problema está perfeitamente referenciado na página cinco da prestação de contas de dois mil e onze. Na página cinco da prestação de contas, no ponto um, diz assim: o rácio número um refere que as receitas próprias impostos são de vinte e seis vírgula oito por cento da receita total. Se os Senhores Deputados verificarem, efetivamente está lá, vinte e seis vírgula oito por cento da receita total. As receitas próprias, ou seja, provenientes dos impostos.-----
----- Ora, este rácio não é mais do que a independência financeira do Município, ou seja, a receita que é gerada pelo próprio Município. A lei diz que deve ser maior que cinquenta por cento, e ao longo dos últimos anos, se verificarem dois mil e nove e dois mil e dez, está na casa dos vinte por cento. Portanto, o Município não tem independência financeira. Isto é um conceito legal, um critério estrito, que nos diz se um determinado Município tem independência financeira ou não. Aqui a nossa vizinha Mealhada tem independência financeira porque o seu rácio é superior a cinquenta por cento, ou à volta dos cinquenta por cento. Portanto, nós há muitos anos que não temos independência financeira. Ponto um.-----
----- Ponto dois. Relativamente ao endividamento. Na página dezassete da prestação de contas, são apresentados os números que levam ao endividamento líquido do Município. Agora no âmbito do endividamento. Na página dezassete da prestação de contas, são apresentados os números que levam ao endividamento líquido do Município. E está lá este número: sete milhões e qualquer coisa. Sete milhões, que será a diferença entre os passivos e os ativos financeiros. Portanto, este número é que nos demonstra qual é o endividamento da Câmara, ou deveria demonstrar. Partindo do princípio que este número é o correto, porque foi o indicado pela Câmara, não fomos nós que o indicámos, foi a Câmara que indicou este número, sete zero zero seis ponto seis um seis vírgula vinte e seis euros. Portanto, este número foi indicado pela Câmara. Ora, os ativos financeiros são o quê? Os ativos financeiros, se nós formos verificar à página cinquenta da prestação de contas de dois mil e onze, verificamos que consta lá do ativo total, cento e trinta e três milhões, duzentos e quarenta mil, setecentos e quatro vírgula oito centimos. Este valor que lá está do ativo total. Ora, se retirarmos as rubricas do imobilizado, vamos verificar, porque é assim que se calcula o ativo financeiro, retirando o imobilizado, verificamos que consta, que ficamos com vinte e três milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitenta e cinco vírgula noventa e oito euros. Portanto, este é o ativo financeiro. Nós já temos dois números então dados pelo Município, pela Câmara Municipal de Anadia. Sete milhões, que é o número do endividamento, e vinte e três milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil euros, que é o ativo financeiro.-----
----- Muito bem. Chegados aqui, ora bem, a diferença do passivo e do ativo financeiro, sendo a diferença do ativo e do passivo financeiro sete milhões, os tais sete milhões que nos foram indicados pelo Município, o passivo financeiro terá de ser de trinta milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil euros. E onde é que este número está? Este número está na página cinquenta e um. Efetivamente na página cinquenta e um da prestação de contas, conseguimos saber que está lá trinta milhões, oitocentos e cinquenta e oito, ponto setecentos e dois vírgula



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vinte e quatro euros. São os números que o Senhor Presidente da Câmara deu, através dos serviços respetivos.-----

----- Portanto, como o passivo declarado, indicado no balanço, o passivo indicado no balanço e consta também da respetiva página, o passivo de dívidas médio e longo prazo é de seis milhões, duzentos e vinte e seis mil, cento e setenta e um euros vírgula vinte e cinco cêntimos. E as dívidas a curto prazo são oitocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e sete vírgula sessenta e três, o que dá um total de sete milhões e setenta e oito, que deveria ser mais vinte e três milhões.-----

----- Isto para dizer o quê? Deduz-se que os proveitos, os acréscimos e deferimentos, apresentam uma verba que devia ter sido considerada no passivo e que não foi. A verba que devia ter sido considerada no passivo devia ser de vinte e três milhões setecentos e nove. Esta verba de vinte e três milhões não foi incluída no passivo propositadamente. Por quê? Porque se fosse incluída no passivo o endividamento seria muito maior. Portanto, convém, para uns efeitos, para efeitos de endividamento, que não seja aí incluída.-----

----- Se considerarmos estes vinte e três milhões, que não é um número que resulta diretamente, mas que está, com base nas informações que são dadas contabilísticas nesta prestação de contas, levar-nos-ia a pensar que nós teríamos, em termos de subsídios ao investimento dos anos anteriores, um valor de vinte e dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, seiscentos e quatro euros, em obras. Efetivamente, leva-me a pensar que tenham sido em obras. Agora, o que é certo é que isso não está demonstrado.-----

----- Seria útil, então, que a difusão aos membros desta Assembleia Municipal, quais são as obras subsidiadas incluídas naquela verba da página cinquenta e dois. Portanto, e as razões que levam a gestão municipal a manter em acréscimos e deferimentos uma verba tão significativa como a indicada, que é a de vinte e três milhões, setecentos e setenta e nove mil, oitocentos e trinta e três euros e trinta e seis cêntimos, de ano para ano, quando ela devia estar no passivo para demonstrar o verdadeiro endividamento da Câmara.”-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, começou por fazer um pequeno preâmbulo, um parêntesis, dirigido não só ao Senhor Presidente da Câmara, mas também ao Senhor Presidente da Assembleia e a todos os Deputados. Disse pretender apenas dizer que tinham estado cerca de duas horas e meia, quase três, as primeiras duas horas e meia a três, com conversas absolutamente paralelas, que tudo espremido daria muito pouco, com ataques pessoais, coisas que considerava que em nada dignificavam a Assembleia. Aliás, disse que se atrevia a questionar, e achava por bem que todos os Deputados pensassem nisso, se a Assembleia fosse num grande estádio, ou num grande anfiteatro e estivessem lá três, quatro, cinco mil pessoas que tinham votado em todas as pessoas que ali estavam, se elas não teriam o mínimo de vergonha de algumas das



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coisas que lá se passavam. A fechar o parêntesis, disse não saber como é que quando se acendia um rastilho, não havia capacidade nem categoria para apagar o rastilho e para deixar algumas intervenções sem resposta.-----

----- Relativamente às contas em si, começou por recordar que há cerca de um ano tinham estado reunidos numa sessão da Assembleia Municipal semelhante e naquele preciso dia estavam novamente reunidos numa circunstância e num ambiente político, económico e social bem mais gravoso.-----

----- Como pontos positivos daquela prestação de contas, adiantou que os Deputados do Grupo Municipal do PS gostariam de salientar, mais uma vez, o documento em si, que continuava a ser um documento bastante completo, e com qualidade, apesar de alguns reparos que tinham sido feitos. Referiu, ainda, que a despesa total se reduzia, se bem que muito à conta da redução das despesas de capital e também das despesas de pessoal, e concluiu que as contas, de uma maneira genérica, demonstravam o equilíbrio económico e financeiro.-----

----- Como pontos negativos, constatou que não tinha sido constituída a provisão do processo de "Alberto Couto Alves", nem sequer tinha sido constituída uma percentagem dessa provisão e, portanto, entendia que o Município tinha toda aquela confiança, mas às vezes havia surpresas, pelo que aguardava para ver se nas contas de dois mil e doze não iriam sair extremamente penalizadas, porque qualquer coisa que acontecesse ali, ou que corresse mal, mudaria completamente a fotografia daquelas contas de dois mil e onze.-----

----- Entretanto, disse que também notavam que a redução nas despesas com o pessoal era mais do que anulada com o aumento nas despesas com aquisição de bens e serviços.-----

----- Depois, como ponto também bastante negativo, e que já tinha sido amplamente falado, o Senhor Deputado apontou a questão do saldo de gerência que continuava a engordar de um ano para o outro. Aliás, adiantou que seria bom que as pessoas vissem no balanço da Câmara, que em trinta e um de dezembro, em depósitos à ordem e depósitos a prazo, o Município também tinha algumas aplicações, não era só o Governo, tinha cerca de quatro milhões, trezentos e sessenta e três mil euros. Que concluiu ser algo um pouco incompreensível, com tantas carências que o concelho tinha.-----

----- E, portanto, atentando às Grandes Opções do Plano, nas Funções Sociais, nomeadamente os cinco por cento na Ação Social, quatro por cento na Cultura, zero por cento na Proteção do Ambiente, zero por cento na Habitação, zero por cento em Outras Atividades Cívicas Religiosas, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, perante tantas carências, tantas dificuldades que algumas famílias estavam a passar, se não se sentia desconfortável, sabendo que existiam aquelas verbas que não eram aplicadas de forma a, pelo menos, minimizar aquelas dificuldades e aquelas carências.-----

----- Referiu, entretanto, que o discurso do 25 de Abril do Senhor Presidente da Câmara parecia um discurso de um diretor comercial, ou de produção, de uma empresa construtora, porque tinha repetido a palavra obras imensas vezes, tendo falado das obras que estavam feitas, das que estavam em curso e das que ainda estavam por fazer. Referiu, ainda, que o Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara tinha enumerado de forma detalhada todas as obras e a única vez que se tinha referido à cultura tinha sido quando tinha falado da Feira da Vinha e do Vinho. Portanto, disse que a cultura não poderia ser apenas a Feira, sublinhando que quatro por cento para Cultura era muito pouco. Entretanto, disse que gostariam de ouvir o Senhor Presidente da Câmara falar com o mesmo entusiasmo de mais espetáculos no Cineteatro, mais promoção do Museu e da Biblioteca, aproximando-os da população, tendo perguntado, a concluir, quantas pessoas nunca teriam entrado naqueles dois equipamentos de Anadia. E perguntou, ainda, se o Senhor Presidente da Câmara não sentia que parte daquele saldo poderia ter uma utilização mais direcionada para essas pessoas e menos para o betão e para as obras.-----

----- Nas Funções Económicas, apresentou algumas percentagens de algumas áreas, designadamente o Turismo com um por cento, a Agricultura com zero por cento, concluindo ser muito pouco. Salientou, também, que o trabalho de promoção turística do concelho, o trabalho de captação de investimento de empresas para o concelho e conseqüente criação de emprego era muito fraco.-----

----- Portanto, referiu que a Câmara, em vez de ter aquele discurso típico de diretor comercial de empresa construtora, precisava, de facto, era de um diretor comercial à séria, no sentido de promover devidamente o concelho e as suas atividades, as suas potencialidades, o seu património e as suas pessoas.-----

----- Em suma, constatou que perante aquela saúde financeira que as contas evidenciavam, não se compreendia o desleixo com atividades tão importantes como aquelas. Declarou que não poderiam, pois, ter outra posição que não fosse a de votar contra.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente ao parêntesis feito pelo Senhor Deputado André Henriques, disse que não lhe iria responder a esse parêntesis, porque até teria muita coisa para dizer, mas não iria fazê-lo.-----

----- De imediato, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Oliveira, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado, no seguimento da intervenção do Senhor Deputado André Henriques, aproveitou para dizer que era perdido muito tempo na Assembleia com questões colaterais e muitas vezes pouco precisas. Nomeadamente, em relação ao documento em análise, disse que não iria comentar um único número porque o mesmo já tinha sido objeto de revisão, inclusive por um técnico pago pela Câmara Municipal, suficiente para credibilizar o documento.-----

----- Entretanto, disse que os comentários do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular demonstravam um desconhecimento dos conceitos que eram empregues no documento, e fazia uma tamanha confusão, que pensava que as pessoas que não estavam familiarizadas com os conceitos que lá estavam inscritos, só poderiam ficar baralhadas com tantos números, com tanta informação que depois não tinha nenhuma mais-valia.-----

----- Por isso, apresentou o seu parecer favorável e sublinhou que o documento estava credibilizado por quem de direito.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Carlos Oliveira, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, do mesmo Grupo Municipal.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Carlos Oliveira, o Senhor Deputado Rafael Timóteo, depois de ouvir o Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular apresentar todos aqueles números, disse pensar que o documento realmente tinha sido revisto por quem sabia daquelas matérias e gostava de confiar nas pessoas que faziam o trabalho delas. Agora, o que reconheceu não ter percebido, e estar um pouco confuso, era se tinha sido naquele ponto, ou se teria sido no ano anterior, mas achava que tinha sido dez minutos antes, que tinha ouvido alguém dizer que os impostos tinham de ser reduzidos, quando entretanto já diziam que as receitas próprias deveriam ser maiores. Por isso, perguntou se efetivamente seria para aumentar receitas próprias, que estavam abaixo daquilo que era exigido, ou se seria para baixar os impostos, porque perante aquela diferença de cinco minutos de uma intervenção para a outra, considerava haver necessidade de se explicar o que era pretendido afinal: se baixar a derrama e o IRC e tudo o mais, ou, então, subir as receitas próprias.-----

----- Aproveitou, também, para dar uma achega ao Senhor Deputado André Henriques, que se tinha queixado da falta de investimento na cultura. Assim, referiu que a verdade era que se não iam mais pessoas ao Cineteatro era porque não queriam, porque a instalação existia. E acrescentou que, provavelmente, poucos seriam os munícipes de outros concelhos circunvizinhos, que comentou que da dimensão do de Anadia deveria haver poucos no país, que tivessem uma Biblioteca com a qualidade da que Anadia tinha, que tivessem um Museu do Vinho com a qualidade do de Anadia, e que tivessem um Cineteatro com a qualidade do de Anadia. Comentou, a finalizar, que se isso não era cultura, então não sabia o que era.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Araújo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- A Senhora Deputada começou por dizer que os Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD tinham ouvido atentamente as intervenções políticas dos Senhores Deputados dos partidos que compunham a oposição do Executivo. Tal como eles, declarou que os Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD também gostariam, como qualquer outro munícipe, que tivesse sido feito mais. Contudo, disse que se interrogavam, sem modestas desculpas, mas olhavam realisticamente para a crise do país e do mundo, se o Executivo teria condições para fazer mais, sobretudo mantendo as condições económicas da Câmara Municipal de Anadia.-----

----- Constatou, ainda, que a Câmara Municipal tinha conseguido financiamentos a oitenta e oitenta e cinco por cento da Comunidade Europeia, continuava a pagar atempadamente, mantinha o caudal de obras que era apresentado, era um enorme fornecedor de emprego direto e indireto, e mantinha a saúde financeira que já tinha sido referida. Assim, perguntavam-se quantas Câmaras Municipais desejariam apresentar documentos com aqueles valores e aquela saúde financeira. Declarou, a finalizar, que lhes parecia, pois, um absurdo político não aprovar aquele documento, embora compreendessem as posições assumidas.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Assim, adiantou ao Senhor Presidente, que o PSD iria votar favoravelmente o documento apresentado.-----

----- Para responder às intervenções efetuadas pelos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por aconselhar o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, que vinha sendo uma pessoa trabalhadora, e tinha tirado um curso de Direito que executava, que para estar naqueles debates, precisava de ir tirar um curso ligado ao setor económico, economia, finanças, ou qualquer outro, porque realmente não tinha dito nada de jeito. Tinha falado muito mas ninguém o tinha entendido, ou pelo menos, ele não o tinha entendido.-----

----- Entretanto, lamentou, e referiu que o mesmo já tinha sido dito pelo Senhor Deputado Carlos Oliveira, que os Senhores Deputados parecia que não sabiam que muitos dos números que eram apresentados nas contas eram dados pela DGAL. Referiu, também, que desde que estava na Câmara o Tribunal de Contas nunca tinha reprovada uma conta, nem apresentado anotações. E, portanto, disse que lhe dava a ideia que tinha sido um azar terrível aquela conta de gerência de dois mil e onze.-----

----- Continuando, disse não saber onde estava escrito que a Câmara tinha obrigação de ter cinquenta por cento de impostos, e perguntou, então, por que motivo existia o Fundo de Equilíbrio Financeiro e por que motivo funcionava.-----

----- Entretanto, comentou que perante todas aquelas afirmações, até parecia que a Câmara Municipal estava a fazer tudo ilegal. E isso era o que realmente o preocupava. Seria o Tribunal de Contas incompetente para ver as contas de Anadia; seria a DGAL incompetente para fornecer à Câmara os dados do endividamento, porque era a DGAL que dizia da capacidade de endividamento do Município, mais ninguém, e era à DGAL a quem a Câmara tinha de dar, de forma sistemática, as contas. Portanto, esclareceu tratar-se de matérias sérias.-----

----- Aproveitando a observação que tinha sido feita pelo Senhor Deputado Carlos Oliveira, reforçou que a conta estava subscrita por um responsável habilitado para o efeito, que com certeza não viria fazer um favor à Câmara. Mas, perante tudo aquilo que tinham ouvido, notou que até dava ideia que haveria no documento algum camuflar de números.-----

----- Esclareceu, então, que tudo nas contas era transparente, e o que acontecia era que havia muita incompetência da parte de alguém para analisar o documento. Mas não deixou de comentar que teriam tempo de ir aprendendo, porque eram muito novos, e com certeza que lá chegariam. A não ser que gastassem o seu tempo em discussões fúteis e o tempo que deveriam estudar a andar por aí a inventar.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado André Henriques, começou por afirmar que realmente tinha feito um elogio ao Senhor Deputado Tiago Coelho, pela forma como tinha intervindo, mas o Senhor Deputado André Henriques dava-lhe a ideia que tinha vindo repetir muito do que tinha sido dito, apesar de também não dizer nada de especial.-----

----- Esclareceu, em primeiro lugar, que a Câmara de Anadia não tinha aplicações nenhuma.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, esclareceu que aquele dinheiro do saldo lá estava porque o Presidente da Câmara não jogava no escuro e não queria levar a Câmara à falência.-----

----- Entretanto, lembrou o Senhor Deputado de que ainda não há muito tempo, as candidaturas da Câmara Municipal estavam financiadas a cinquenta, sessenta e setenta por cento, portanto, se não se prevenia, onde iria buscar entretanto o dinheiro para pagar aos empreiteiros. Recomendou, assim, ao Senhor Deputado algum bom senso naquelas acusações.-

----- Não deixou, no entanto, de admitir que parecia muito dinheiro, mas esclareceu que não tinha enganado os Presidentes das Juntas, quando lhes tinha dito que se pagassem de acordo com as dívidas o Velódromo, a Câmara iria ter a vida facilitada, em termos financeiros, não para estragar, mas no mandato. E eles sabiam que sim, rematou.-----

----- Entretanto, também referiu que seria fácil tirar o dinheiro do saldo e dar às Juntas de Freguesia, até porque nem sequer havia limite, poderia dar-lhes o que quisesse. Mas adiantou que não o faria, porque todos trabalhavam na base da confiança, até com os Presidente de Junta da oposição, se é que eram oposição, porque não via razão para um Presidente de Junta ser oposição a uma Câmara.-----

----- Afirmou, entretanto, ao Senhor Deputado André Henriques que na Câmara não havia brincadeiras, e recomendou também ao Senhor Deputado que para continuar na Assembleia teria de ter uma postura diferente, porque estava a ter uma postura de Sócrates. Esclareceu, ainda, que na Câmara não poderia prometer empregos, como tinha feito o Sócrates, porque, para além de não mentir como eles tinham mentido, tanto que não o fizeram, e como também os atuais estavam a mentir, também estava proibido de empregar. Portanto, disse que não havia razão para o Senhor Deputado lhe estar a lançar um desafio do emprego porque não podia ser.-----

----- Para terminar, considerou que havia muita gente com pena do povo português, um povo que se dizia ser pacífico, que aceitava todas as regras de austeridade, e reconheceu que ele próprio também aceitava, por não ter outra saída e ser contra os guerrilheiros. Então, como o povo tinha de sofrer, como havia muito sofrimento e muitas dificuldades, comentou que o que o Senhor Deputado queria era que a Câmara se transformasse rapidamente em Misericórdia, ou em Segurança Social, e distribuisse os quatro milhões de euros que tinha de saldo pelos pobrezinhos.-----

----- Concluiu, assim, que o Senhor Deputado com aquela política, ou desistia do concelho e ia para as grandes urbes ou, então, conheceriam depressa que o Senhor Deputado andava a prometer aquilo que era impossível dar.-----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concluiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra:-----

----- "Efetivamente a resposta do Senhor Presidente foi nula, nem sequer mencionou nenhuma das questões que eu coloquei, que é efetivamente justificar o porquê dos quarenta e seis milhões de euros na página cinquenta e dois da prestação de contas de dois mil e onze. É só



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isto. Justificar. Foi isto que eu lhe perguntei. Justifique os quarenta e seis milhões. Quer dizer, em dois mil e dez eram trinta e quatro milhões, de repente temos quarenta e seis milhões. E o Senhor não justificou esse número.-----

----- Portanto, esta prestação de contas está manipulada. A Câmara Municipal está a sonegar informação e estas prestações de contas são todas uma aldrabice e o Tribunal de Contas vai saber disso, efetivamente vai saber disso, e a DGAL também, Senhor Presidente. E a DGAL também, não se preocupe.”-----

----- Decorrido o exercício do direito de resposta por parte do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu aos Senhores Deputados para manterem a postura, porque, contrariamente àquilo de que tinha sido acusado antes, aquelas questões ficavam realmente registadas e competia à Mesa da Assembleia dar-lhes o seguimento que entendesse. Portanto, pediu para não considerarem a Mesa da Assembleia como qualquer coisa acéfala e que não sabia o que estava a fazer.-----

----- Entretanto, recordou ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular de que o Artigo cinquenta e um do Regimento da Assembleia Municipal não previa, contrariamente àquilo que o Senhor Deputado tinha acabado de entregar na Mesa, qualquer anexo. Além disso, solicitou ao Senhor para ler o Artigo cinquenta e um do mesmo Regimento, relativo às atas, o qual passou a ler, de seguida: “De cada reunião ou sessão é lavrada uma ata, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os Deputados Municipais e os Membros do Executivo presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.”-----

----- Portanto, esclareceu o Senhor Deputado de que não havia qualquer momento em que dissesse haver anexos à ata, pelo que o documento que o Senhor Deputado tinha entregue à Mesa não iria ser apensado à ata.-----

----- No seguimento do esclarecimento apresentado ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e sem haver indicação de qualquer outro pedido de intervenção, naquele período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e, antes de submeter aquele segundo ponto à votação, recordou o seu teor.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que os documentos de prestação de contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e onze, bem como apreciação do respetivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA, tinham sido aprovados por maioria, com vinte e sete votos a favor dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e Presidentes das Juntas de Freguesia de Aguim e de Mogofores, sete votos contra, dos Senhores Deputados dos Grupos Municipais do PS e do CDS-Partido Popular, e uma abstenção do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, não tendo estado presente na votação a Senhora Deputada Mónica



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS.-----
----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia.-----
----- De imediato, passou a apresentar o ponto três da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e onze, bem como apreciação do respetivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA*".-----
----- Apresentado o ponto três da ordem do dia, solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução.-----
----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal sugeriu que fosse seguida a mesma metodologia que tinha sido seguida para o documento de prestação de contas da Câmara Municipal, até porque o documento em apreciação, para além de ser mais pequeno, em termos de números, era de mais fácil manuseamento e de mais fácil interpretação, pelo que considerou que o melhor seria submetê-lo à apreciação dos Senhores Deputados, disponibilizando-se, no entanto, para, se soubesse, responder às questões que os Senhores Deputados entendessem por bem formular.-----
----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----
----- O Senhor Deputado passou a dar um resumo do que se passava e que disse que felizmente os deixava a todos aliviados. Referiu, assim, que depois de ter visto aquele documento, e de ver a saúde económica e o vigor dos Serviços Municipalizados, das obras executadas, ficava aliviado, e principalmente quando participava nas reuniões da CIRA, pelo facto, e bem, de Anadia não ter aderido à "Adra", de nada ter a ver com as "Águas de Portugal", de os Serviços não serem privatizados, e de terem uma gestão que podia dizer que era realmente boa.-----
----- Constatou, ainda, que realmente os concelhos vizinhos estariam no momento com preços de água e saneamento muito elevados em relação ao de Anadia, com graves problemas de gestão, das suas dívidas, e mesmo, entre si, com uma guerra que estava instalada no seio da "Adra" que não iria acabar bem.-----
----- Por isso, agradeceu à Assembleia por ter votado contra a adesão de Anadia à "Adra" e também, obviamente, à Câmara Municipal que tinha dado o seu parecer na altura, porque ainda bem que não o tinham feito.-----
----- Para uma segunda intervenção no período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Cêrca, do Grupo Municipal do PS.-----
----- Naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, a Senhora Deputada começou por cumprimentar os presentes. Passou a referir, então, que da análise do documento, constatavam que era explícito e objetivo, demonstrava bem a execução e a aplicação dos fundos, nas obras de águas e saneamento a que se referia. Contudo, feita a análise das atividades, continuavam a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verificar, realmente, um número elevado de fugas, no documento explicitado em duas mil duzentas e vinte e quatro, que depois de uma análise prévia, dava seis a sete fugas ao dia.-----

----- Perante aqueles números, concluiu, assim, que realmente era preciso ter uma grande capacidade de equipas técnicas para fazer face àqueles problemas, que eram normais em situações de um concelho tão alargado como o de Anadia.-----

----- No entanto, constatou que mais abaixo, o documento referia a existência de um processo de candidatura para execução de abertura de furos, especificamente no lugar de Espairo e junto ao Estádio de Anadia. Então, disse que tal referência levava os Deputados do Grupo Municipal do PS a pensar se a execução desses furos, dessa captação que iria ser executada, não seria realmente para fazer face àquela enormidade de fugas que o documento apresentava.-----

----- Recordou, também, que como vinha sendo um reparo constante da parte dos Deputados do PS para aquela situação, e tanto lhes parecia que não estava feito um levantamento sério das redes mais antigas, que davam problemas sérios, ou talvez de um plano, de um levantamento mais correto das redes, que levasse a evitar aquela captação de tantos furos que se faziam pelo concelho.-----

----- Assim sendo, adiantou que a opção dos Deputados do Grupo Municipal do PS relativamente àquele documento iria ser de abstenção e, portanto, deixava aquela referência.---

----- Aproveitando, ainda, a intervenção, e relativamente à referência feita no documento a limpezas e ao acompanhamento das recolhas dos lixos, disse pretender reforçar, também, que essa atividade, que sabia que era feita, mas como se aproximava a época de verão, e pedir, sem qualquer pressão, aos serviços e ao Senhor Presidente, que tivessem mais atenção nas zonas mais problemáticas, e falando com apreciação, e sítios, como por exemplo os mercados, as Instituições, as zonas mais de restauração. Portanto, referiu haver determinados pontos do concelho que tinham com certeza de ser mais incisivos, ou seja, de ter em conta e fazer a limpeza mais amiudadamente, porque havia realmente sítios, especialmente quando chegava o verão, em que as situações eram muito complicadas.-----

----- Para responder às intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Primeiro Secretário passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Em resposta ao comentário que tinha sido feito pelo Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, quanto a comparar com as "Águas de Portugal", o Senhor Presidente da Câmara Municipal sublinhou o facto de as opiniões serem divergentes e de cada um ter de arriscar quando punha a sua própria opinião em prática. Assim, declarou ter sido o que tinha feito, tinha-se informado e tinha-lhe sido dito que seria um negócio ruinoso para a Câmara, ainda que na hora fosse bom porque injetava quase três milhões na Câmara. Portanto, reiterou que se tinha informado com alguém, homens da contabilidade, homens da área, por reconhecer as suas limitações, e ter dito que não vendia, ou que se tivesse de vender, só obrigado ou que seria o último.-----

----- Explicou, então, ao Senhor Deputado Rafael Timóteo que não tinha sido pelo facto de não ter aderido às "Águas de Portugal" e à "Adra" que os Serviços estavam bem ou mal, mas antes



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pela gestão. Porque se reparasse, e chamou a atenção do Senhor Deputado para as palavras proferidas pela Senhora Deputada Lúcia Cêrca, que tinha demonstrado interessadamente, e com alguma lógica, que o problema das fugas era um problema que estava a demorar ser resolvido e só seria resolvido de uma maneira, com a substituição da rede, na sua maior parte com tinha trinta anos, porque tinha chegado ao termo da sua duração. E, portanto, sublinhou que a disponibilidade dos Serviços, atualmente, vinha sendo enorme, porque onde havia intervenção com alcatrão, nomeadamente na reparação de pavimentos, os ramais eram sempre substituídos.-----

----- Não deixou de reconhecer que, por vezes, as equipas dos Serviços Municipalizados tinham de ser apoiadas com equipas da Câmara, tendo dado o exemplo do ano de dois mil e nove, que tinha sido um ano terrível, em que quase diariamente aconteciam situações em Avelãs de Cima e numa zona de Sangalhos.-----

----- Aproveitou a oportunidade, entretanto, para dar a conhecer que em Sangalhos a Câmara iria proceder à reparação de duas ou três ruas, como era do conhecimento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, e aproveitaria para o fazer, uma parte com pessoal da Câmara Municipal e outra por empreitada.-----

----- Passando a responder à Senhora Deputada Lúcia Cêrca, do Grupo Municipal do PS, reconheceu que o problema das fugas também era preocupante para a Câmara Municipal, que apesar de não ter qualquer influência no documento em discussão, era uma oportunidade que se adequava ao que a Senhora Deputada tinha dito.-----

----- Esclareceu, entretanto, que apesar de ter sido dito anteriormente que a água iria ser um problema no futuro, a água potável, a água iria ser sempre mais ou menos a mesma, poderia era não haver condições, pelo facto de o ambiente ser poluído diariamente e por razões óbvias poder haver problemas. Esclareceu, ainda, que o que a Câmara de Anadia estava a fazer, por exemplo em Espairo, não era por estar preocupada com a água em termos de abastecimento, em termos quantitativos, era para constituir uma alternativa e era uma forma de se prevenir em caso de avaria, de um rebentamento de uma conduta, ou quem saberia, até, de o inquinar temporário de qualquer coisa.-----

----- Informou, também, que tinha sido feito um furo junto ao Velódromo, que servia apenas para regar, mas que era conveniente naquele sítio por existir o depósito logo em cima. Explicou, então, que não iria servir para consumo, não por não ser própria, mas porque necessitaria de ser tratada, pela presença de sulfatos, e o tratamento ficaria caro, pelo que era preferível utilizar as existentes.-----

----- Explicou, assim, que a intenção era diversificar os pontos de captação, mas não deixou de sublinhar que os furos da chamada Fonte da Azenha abasteciam setenta e tal por cento do concelho, o que dava uma ideia da riqueza fabulosa que Anadia ali tinha com água de boa qualidade, apesar de ter os seus momentos, como tudo, mas eu tinham de ter uma atenção permanente em função da qualidade, porque todas as semanas era enviada a respetiva análise.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Referiu, assim, que não gostavam de gastar muito dinheiro, mas era preciso, para estarem prevenidos, concluindo ser essa a forma de trabalhar dos Serviços Municipalizados e, naturalmente, da Câmara Municipal.-----

----- Quanto ao lixo, deu razão à Senhora Deputada Lúcia Cêrca, porque também ele gostaria que fosse de outra forma, em especial no verão, como tinha referido. Referiu, entretanto, que teria de haver mais fiscalização por parte de quem mandava, e adiantou que estavam a tê-la, tendo inclusivamente pedido aos Presidente de Junta para irem apontando casos, porque considerava não ser legítimo que os serviços passassem a uma determinada hora com um carro e um tempo depois já estava o contentor cheio. Salientou, então, que teria de haver também uma ajuda por parte das populações para que esse serviço funcionasse melhor e acrescentou que quem assim não fizesse, também não valeria a pena ir reclamar à Câmara porque nada resolveria.-----

----- Não obstante, não deixou de considerar pertinente a intervenção da Senhora Deputada e referiu, portanto, que iria tentar tomar como nota positiva a sua intervenção quanto aos contentores do lixo, e ao restante, porque reconhecia que o lixo também constituía uma preocupação sua.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que alguma parte das suas questões já tinha sido apresentada pela Senhora Deputada Lúcia Cêrca. No entanto, informou o Senhor Presidente da Câmara Municipal que a conduta de Sangalhos não tinha trinta, como o Senhor Presidente tinha dito, mas quarenta e um anos de uso. Entretanto, recordou que a mesma era em amianto e, como já vinha dizendo, considerou que não seria com remendos de rua que o problema seria solucionado.-----

----- Por tal motivo, considerou que o Senhor Presidente da Câmara teria de pensar seriamente para Sangalhos, e apresentar uma candidatura ao Fundo Social Europeu para resolver, de uma vez por todas, o problema em Sangalhos. Explicou, assim, que oitenta por cento das condutas do território de Sangalhos estavam em amianto. Portanto, referiu que se o Senhor Presidente não resolvesse essa situação, iria ter problemas muito graves, e adiantou que não queria que a população da sua freguesia, que também tinha contribuído para o eleger para os defender, estivesse a consumir água em amianto. Aproveitou para dar a conhecer que sempre que abriam a torneira era só areia e sempre que havia uma rutura, as areias entravam e avariavam as máquinas de lavar roupa, louça, e outras. E, portanto, disse que sempre que as fontes estavam contaminadas, as pessoas preocupavam-se, porque, com as dificuldades que já havia para fazer face ao orçamento familiar, se ainda teriam de comprar água, seria muito complicado.-----

----- Portanto, pediu ao Senhor Presidente para pensar, de uma vez por todas, que Sangalhos, e a população, merecia, de facto, uma candidatura para reparar aquela situação de uma vez por todas.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado declarou que da análise do documento, o mesmo não lhe merecia grandes comentários, à exceção da parte das atividades e no que se referia a execução de reparação de fugas. Constatou, assim, que isso correspondia, fazendo as contas muito linearmente, e de acordo com o número que era apresentado, a cerca de cento e oitenta e cinco fugas por mês, perguntando a que se devia aquilo, se a problemas de rede, e por quê, porque eram duas mil duzentas e vinte e quatro que resultavam em perdas de água.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal recordou que já tinha dito que a resolução do problema das fugas passava por substituir redes e, como também já tinha dito, iam resolvendo o problema de Sangalhos, já tinha sido resolvido em Avelãs de Cima, e muitos outros, e mesmo em Sangalhos, referiu que já tinha sido resolvido muito, porque onde tinha havido lugar a intervenções as redes tinham sido substituídas. O que o levava a concluir que estavam a caminhar para menos fugas.-----

----- No entanto, deixou a certeza de que mesmo quando saísse da Câmara, iriam ver o Presidente da altura dizer o mesmo: "eu não estou lá isto rebenta". Explicou, então, que o território do concelho de Anadia tinha toda uma zona barrenta que complicava a tarefa, mesmo com tubos de boa qualidade, até a ligação com os próprios ramais acontecia muito. E, portanto, garantiu que tudo o que estivesse ao alcance dos serviços seria feito.-----

----- Reconheceu, entretanto, que o prejuízo da água teria alguma razão de constituir preocupação dos Senhores Deputados porque apesar de o concelho ser autossuficiente, os Serviços sempre pagavam alguma coisa para a bombagem e embora ela fosse de borla no Município de Anadia, a verdade era que tinha custos, nomeadamente de bombagem e de transporte.-----

----- Portanto, reconheceu ser também preocupação da maioria no Executivo, pelo que iriam fazer o que pudessem. No entanto, e quanto à proposta do Senhor Deputado João Morais para apresentação de uma candidatura, esclareceu que isso não seria assim tão fácil, chegar a Sangalhos e levantar tudo de uma vez, seria, aliás, algo complicado e caro, porque tinha toda a reposição de pavimento e muitos outros trabalhos que as pessoas não faziam uma ideia. Portanto, disse que era para se ir fazendo.-----

----- Reconheceu, a terminar, que não poderiam ir mais além, mas reconheceu que haveria razão para alguma preocupação, apesar de não total, porque ainda que a água fosse do concelho, imaginando que o município de Anadia a tivesse de pagar, não sabia o que ficaria melhor. Teriam de subir a água, rematou.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- A Senhora Deputada, naquela sua primeira intervenção da sessão, começou por cumprimentar os presentes, e declarou que os Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD tinham apenas a dizer que numa altura em que todos começavam a compreender que as empresas municipais eram um desperísimo evitável, o PSD continuava a louvar o facto de o município ter uma empresa que dava lucro, ou pelo menos, que não apresentava dívidas, que não pagava chorudos salários aos seus gestores. E numa altura em que todos começavam a compreender que as empresas intermunicipais de gestão de águas e resíduos domésticos líquidos, ao invés de resolverem e facilitarem os problemas das pessoas, apenas aumentavam os custos.-----

----- Declarou, assim, que ao olharem para o documento proposto, para o equilíbrio das suas rubricas, ações e propostas, iriam votar favoravelmente.-----

----- Na sequência da intervenção da Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse pretender apenas fazer uma pequena correção relativamente ao que a Senhora Deputada tinha dito. Esclareceu, assim, que os Serviços Municipalizados não são nenhuma empresa municipal, mas sim uma empresa da própria Câmara Municipal, com administração própria, mas que a própria Câmara é quem detém a gestão. Aproveitou, ainda, para esclarecer que em Anadia não existem empresas municipais, nem pretende que existam, porque a Câmara Municipal não precisa de quem a substitua. Concluiu, também, que o problema está precisamente no facto de as empresas municipais substituírem muitas vezes as Câmaras, duplicando os serviços e custando o dobro do dinheiro.--

----- Apresentado o esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não vislumbrando qualquer outro pedido de intervenção naquele período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão, tendo submetido, de imediato, à votação dos Senhores Deputados a prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e onze, bem como apreciação do respetivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que os documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e onze, bem como apreciação do respetivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA, tinham sido aprovados por maioria, com vinte e nove votos a favor dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Aguim, zero votos contra, e cinco abstenções dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto quatro da ordem do dia, *"Apresentação, discussão e votação da Primeira Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e doze, nos termos da alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA"*.-----

----- Apresentado o ponto quatro da ordem do dia, solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por comentar que o assunto já tinha sido demasiado polémico, pela existência de um saldo e de muito dinheiro, que parecia incomodar as pessoas. No entanto, referiu que esse saldo não tinha que incomodar, porque o dinheiro não saía da Câmara e iria ser utilizado a acompanhar os Fundos Comunitários. E, portanto, constatou que o documento indicava as principais obras em que recaíam os valores, mas salientou que a principal finalidade era para pagar as percentagens da Câmara Municipal em termos das candidaturas que tinha.-----

----- Entretanto, referiu que havia um problema que à partida viria justificar o que tinha dito antes. Explicou, assim, que na página dois de três da revisão número um, havia uma coluna identificada como "Câmara Municipal e Serviços Municipais", "remunerações certas e permanentes", que depois referia "subsídio de férias e de natal". Relativamente a essa indicação, começou por esclarecer que havia muita gente a quem a Câmara Municipal tinha de pagar parte destes subsídios. Por isso, estavam previstos para aquela rubrica cento e noventa e um mil e trezentos euros, a qual era reforçada com cento e sessenta mil euros, que era o resultado da retenção dos subsídios de férias e de natal. Portanto, esclareceu que a Câmara Municipal estava a cumprir à risca o que a lei dizia. Aquele dinheiro não seria para gastar em qualquer lado, estava ali e era para pagar juros, ou amortizações e, em cumprimento do que a lei dizia, era isso que a Câmara fazia. Concluiu, assim, que tinha sido um esclarecimento que dava por antecipação a alguém que pudesse perguntar. De resto, considerou que nada mais precisaria de explicação.-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado reconheceu que, de facto, era aquela a pergunta que pretendia fazer ao Senhor Presidente. De qualquer modo, disse haver também uma nota, que desde logo aproveitava para pedir para explicar, que era relativamente à questão do reforço das horas extraordinárias, de vinte mil euros. Portanto, se por um lado o Senhor Presidente da Câmara justificava os cento e sessenta mil, disse que gostaria que justificasse, também, os vinte mil, ou o porquê daquele reforço.-----

----- Para responder ao pedido de esclarecimento apresentado pelo Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que, no seguimento do que tinham falado sobre a existência de ruturas, e para reparar essas ruturas, que aconteciam a qualquer hora, e, naturalmente, atendendo, também, ao maior número de ligações, por força do alargamento da rede, existiam muito mais piquetes, pelo que o valor das horas extraordinárias teve de ser reforçado. Recordou, ainda, tratar-se do orçamento e, precisamente por preverem um aumento da despesa em horas extraordinárias, atendendo ao atrás referido, explicou que aquele reforço de vinte mil euros em horas extraordinárias acontecia por uma questão de prevenção.-----

----- Apresentado o esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não vendo qualquer outro pedido de intervenção naquele período de discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão, tendo submetido, de imediato, à votação dos Senhores Deputados a Primeira Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e doze, nos termos da alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Primeira Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e doze, nos termos da alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Aguim, zero votos contra, e as abstenções dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS presentes, encontrando-se ausentes a Senhora Deputada Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Deputado José Maria de Almeida Ribeiro, do Grupo Municipal do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Mogofores, e o Senhor Deputado Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Óis do Bairro.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto quatro da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto cinco da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da Primeira Revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e doze, nos termos da alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA*".-----

----- Apresentado o ponto cinco da ordem do dia, solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou que em primeiro lugar, pretendia pedir desculpa ao Senhor Deputado Rui Marinha e a toda a Assembleia, porque tinha dado uma informação incorreta quando tinha falado das horas extraordinárias. Esclareceu, assim, que as horas extraordinárias de que falava antes se referiam à Câmara Municipal e ele tinha dito que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

era por causa das ruturas, o que queria dizer que tinha feito um trocadilho que não era verdadeiro. Acrescentou, ainda, que aquelas horas extraordinárias se referiam, então, a trabalho extra da Câmara, nomeadamente com os prolongamentos de certas atividades no Cineteatro, no Velódromo, e outros, de pessoas que a Câmara tinha de fazer substituir porque como não tinha capacidade legal para contratar mais gente, então, tinha de haver um recurso às horas extraordinárias, que estavam sempre dentro daquele número definido na lei. Então, explicou que o que era feito era que essas horas iam sendo distribuídas pelos funcionários que bem entendessem fazê-las. Reiterou, a finalizar, o pedido de desculpa por ter dito algo que tinha sido confusão sua.-----

----- Sobre o documento da primeira revisão dos documentos previsionais dos Serviços Municipalizados, referiu tratar-se de um documento que não tinha mesmo nada de extraordinário, porque o dinheiro que estava em causa era muito pouco. Concluiu, assim, ser um documento de fácil análise, o que encerrava aquelas contas, pelo que considerava que nada mais teria a dizer sobre o mesmo.-----

----- Apresentado o esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não tendo sido apresentado qualquer pedido de intervenção naquele período de discussão do ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão. De imediato, submeteu à votação dos Senhores Deputados a Primeira Revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e doze, nos termos da alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Primeira Revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e doze, nos termos da alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA, tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e três votos a favor dos Senhores Deputados dos vários Grupos Municipais, encontrando-se ausentes a Senhora Deputada Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Deputado José Maria de Almeida Ribeiro, do Grupo Municipal do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Mogofores, e o Senhor Deputado Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Óis do Bairro.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto cinco da ordem do dia e, conseqüentemente, também, o período da ordem do dia, passando, desde logo, ao período de intervenção do público.-----

----- Não tendo sido solicitada a intervenção por parte de qualquer cidadão, nos termos do Artigo trigésimo sexto do RAMA, anunciou que não iria haver lugar a intervenção do público naquela sessão ordinária de trinta de abril de dois mil e doze.-----

----- Entretanto, deu a conhecer ao Plenário da apresentação de uma proposta, por parte do Grupo Municipal do PPD/PSD, subscrita pela sua líder, a Senhora Deputada Municipal Lúcia Araújo, para, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 20.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, aprovar em minuta os pontos dois, três, quatro e cinco da ordem do dia, a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fim de produzirem efeitos de imediato.-----

----- Depois de submeter à votação dos Senhores Deputados a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, de aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro e cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e três votos a favor, dos Senhores Deputados dos vários Grupos Municipais, encontrando-se ausentes a Senhora Deputada Mónica Rita Pimenta Lousado, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Deputado José Maria de Almeida Ribeiro, do Grupo Municipal do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Mogofores, e o Senhor Deputado Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Óis do Bairro.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e a participação de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária do dia trinta de abril de dois mil e doze, quando eram dezanove horas e doze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -